



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DE DOIS
MIL E VINTE. -----**

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo de Oliveira do Bairro, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **5 - ORDEM DO DIA**-----

----- **5.1 – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;**-----

----- **5.2 – Análise e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2020;**-----

----- **5.3 – Análise e Votação dos Acordos de Reversão das Transferências de Recursos para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:** -----

----- **5.3.1 – Da Freguesia de Oiã para o Município de Oliveira do Bairro;** -----

----- **5.3.2 - Da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município de Oliveira do Bairro;**

----- **5.3.3 - Da Freguesia da Palhaça para o Município de Oliveira do Bairro;**-----

----- **5.3.4 - Da Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para o Município de Oliveira do Bairro.**-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **5.4 – Análise e Votação dos Acordos de Transferência de Recursos do Município de Oliveira do Bairro para as Freguesias com vista ao Exercício das Competências Transferidas por força do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:** -----

----- **5.4.1 – Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oiã;** -----

----- **5.4.2 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oliveira do Bairro;**

----- **5.4.3 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da Palhaça;**-----

----- **5.4.4 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.** -----

----- **5.5 - Análise e Votação para Prévia Autorização dos Encargos Plurianuais da Contratação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos (RU) a Destino Final e Limpeza Urbana, pelas Entidades que Integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Albergaria-A-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos;**-----

----- **5.6 - Relatório de Observância do Direito de Oposição\ 2019 – Para Conhecimento.**

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO.**

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO, DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que se iria dar início



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aos Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número 1 do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o número 1 do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no Pavilhão Desportivo de Oliveira do Bairro, devido ao contexto de pandemia vivido.-----

----- Referiu que pretendia demonstrar o seu profundo lamento pela forma como tinham decorrido os trabalhos na última Sessão da Assembleia Municipal. Afirmou que a Assembleia Municipal enquanto órgão representativo do Município, dotado de poderes deliberativos e fiscalizadores da atividade da Câmara Municipal, visava a persecução dos interesses próprios e o bem-estar da população do Concelho. Declarou que muitas das atitudes e palavras proferidas, na última Sessão da Assembleia Municipal, em nada respeitaram a dignidade, a missão e a finalidade do órgão do poder local democrático. -----

----- Afirmou que era da responsabilidade pessoal, política e institucional de cada Membro da Assembleia, contribuir pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio do órgão e pela observância da constituição, da Lei e do Regimento da Assembleia Municipal em vigor. -----

----- Reiterou o seu compromisso, que sempre procurou exercer, de assegurar o cumprimento da Lei, orientar os trabalhos, manter a disciplina e a dignidade do órgão. -----

----- No que respeita ao ponto **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu o uso da palavra à 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal.-----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros José António das Neves Carvalheira, António Pedro Mendes da Silva Campos, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Miguel da Silva Oliveira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia de Louro Lemos, Cidalina Vieira Samagaio Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Oiã Victor Manuel Bastos de Oliveira e o Presidente da União de Freguesias Acílio dos santos Ferreira.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

informou que os Membros acima identificados comunicaram por escrito a ausência e solicitaram a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição feita pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Gonçalo Roque Batista, Lúcia Machado, João Manuel Oliveira Bastos, Diogo Azenhas Mota, Jennifer Julita Cuoco, Marco Alexandre da Silva Alves, Licínia Caldeira e Fernanda Duarte.-----

----- Deu nota que o Secretário da Mesa Luís Carvalho, tinha informado a Mesa que chegaria um pouco mais tarde. -----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou terem sido recebidos vários convites e diversa correspondência de diferentes entidades, instituições e associações do Concelho, passando a dar nota dos mesmos de forma sucinta.- -----

----- Deu nota que toda a correspondência, se encontrava arquivada e disponível para consulta dos Membros da Assembleia que assim o desejassem. -----

----- Seguidamente informou que se iria dar seguimento à aprovação de várias atas da Assembleia Municipal, estando dispensada, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura das respetivas atas que iriam ser colocadas a votação, por terem sido previamente distribuídas a todos os Membros da Assembleia.-----

----- Relativamente à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 20 de setembro de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, questionou se tinham algum reparo a fazer à mesma, tendo dado o uso da palavra aos Membros que pretendiam intervir; -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DOMINGUES CANAS** – referiu que a ata em apreciação, dizia



Oliveira do Bairro assembleia municipal

respeito a uma Sessão da Assembleia Municipal que se tinha realizado há nove meses atrás. --

----- Afirmou que tinha feito parte da Mesa da Assembleia Municipal, no anterior mandato e nunca tinha acontecido tal situação, querendo deixar apenas para reflexão o que se estava a passar com as atas do presente órgão.-----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

-----Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 20 de setembro de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de setembro de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia, Paulo Figueiredo, Gonçalo Roque e Lúcia Machado. -----

----- -De seguida procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 27 de setembro de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de setembro de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Paulo Figueiredo, Fernanda Duarte e Licínia Caldeira.-----

----- Foi colocada à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 15 de novembro de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 15 de novembro de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Gonçalo Roque, Paulo Figueiredo, Fernanda Duarte, Licínia Caldeira e Lúcia Machado.-----

----- Foi também colocada à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 6 de dezembro de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 6 de dezembro de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 6 de dezembro de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Jennifer Cuoco, Gonçalo Roque e Conceição Mota.-----

----- Por último procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 17 de janeiro de 2020, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 17 de janeiro de 2020, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal



Oliveira do Bairro assembleia municipal

realizada no dia 17 de janeiro de 2020 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Paulo Figueiredo, Simão Vela, Conceição Mota, Jennifer Cuoco e Marco Alves. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota que o Presidente da Câmara se tinha ausentado dos trabalhos, por motivos pessoais, passando a presidir ao Executivo o Vice-presidente da Câmara Jorge Pato. -----

----- Informou os presentes, que seria habitual dar espaço a uma associação do Concelho, para fazer a apresentação da mesma, contudo em reunião de Comissão Permanente, tinha sido entendimento que nas reuniões onde fossem apresentadas as contas, não se convidasse nenhuma associação por forma a não alongar os trabalhos. Disse que as ordens de trabalhos, das duas reuniões da Assembleia, do presente mês, entretanto tinham sofrido alterações e não se procedeu ao convite de uma associação a estar presente, contudo a iniciativa era para manter.

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitado à Secretária da Mesa que procedesse à leitura da nota introdutória do presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Secretária da Mesa **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – teceu a seguinte intervenção: -----

----- “... A mesa entendeu que sempre que esteja presente público nas Assembleias Municipais, dever-se-á prestar o seguinte esclarecimento:-----

----- Nos termos regimentais (artigo 34.º e 41.º do Regimento em vigor), o período de intervenção aberto ao público, será antecedido de prévia inscrição dos interessados, nele podendo intervir qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município e com idade superior a 18 anos, podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações coletivas com sede na referida área geográfica, quando credenciado para o efeito. Cada interveniente só poderá usar da palavra uma vez pelo período máximo de 5 minutos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----*Ainda nos termos do artigo 41.º os esclarecimentos a solicitar pelo público serão sempre dirigidos à Mesa da Assembleia e nunca diretamente a qualquer membro da Assembleia Municipal e não poderão dizer respeito às matérias da Ordem do Dia.* -----

-----*A Mesa da Assembleia, se tiver possibilidade para tal, esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente por ofício.* -----

-----*A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas.*” -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**- deu conhecimento da existência de quatro inscrições por parte do público, solicitando que aquando das suas intervenções se identificassem, dando de seguida o uso da palavra aos mesmos; -----

-----**MAURO SANTIAGO** residente em Oliveira do Bairro – questionou porque é que a Sessão da Assembleia Municipal, não poderia ter sido realizada num espaço municipal com melhor centralidade e mais próxima da população, sugerindo o auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, local em que se poderia também assegurar os distanciamentos necessários. -----

-----Questionou também porque é que as Sessões das Assembleias Municipais e reuniões de Câmara não eram transmitidas online, através das plataformas digitais do Município. -----

-----**MANUEL ALBERTO DA SILVA FERREIRA** residente na Palhaça – referiu que tinha verificado que a pandemia que tem assolado o Mundo, também tinha atingido a primeira reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia 19 de junho, uma vez que o público não conseguiu ouvir a discussão e os intervenientes eleitos, tinham falado para si próprios.

-----Afirmou que quando algo ia mal, tinha sempre tendência para acabar muito pior e temia que o desinteresse dos eleitores pelas Sessões das Assembleias Municipais, fosse a prova evidente de que algo ia mal. -----

-----Declarou que a sua intervenção, não era no sentido de fazer crítica ao funcionamento da Assembleia Municipal, contudo o respeito que lhe mereciam os eleitores e os eleitos, não lhe deixavam espaço para ter outra atitude. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----Afirmou que os eleitos deviam ser dignos dos votos dos eleitores e deixava para reflexão o porquê da existência do desinteresse dos cidadãos na vida pública. -----

-----**CARLOS ROCHA PEREIRA** residente na Mamarrosa – questionou qual o motivo das tampas dos contentores do lixo estarem sempre abertas. Disse já ter questionado a várias pessoas, inclusive aos funcionários que fazem a recolha do lixo, e não obteve resposta concretas, questionando se será uma forma de não propagar o Covid-19, estando as tampas abertas as pessoas não têm que lhes tocar, depositando apenas o lixo no contentor, contudo já antes da pandemia já se verificava essa situação. -----

-----Afirmou que se for essa a causa, não sabia o que era pior se os contentores abertos durante dias a libertar os maus cheiros, convidando os animais de rua a irem para dentro dos mesmos e a trazerem o lixo para fora, disseminando também as bactérias pelas ruas, ou as pessoas terem os devidos cuidados ao tocarem nos contentores do lixo. -----

-----Reportando-se aos eventos da Câmara Municipal assim como de todas as Juntas de Freguesia que foram devido ao Covid, questionou qual o destino das verbas que estavam destinadas para esses eventos. Deu nota que nesses eventos, as associações participavam com o intuito fundamental de realizarem receitas, assim na sua opinião teria lógica que as verbas destinadas à realização dos eventos cancelados, fossem canalizadas para reforçar os apoios financeiros de forma a compensar as associações que não conseguiram realizar atividades no corrente ano. -----

-----Sobre a rua Júlio Dias Gapo na Mamarrosa, disse que conhecia a mesma há muitos anos e era de lamentar o estado degradável em que a mesma se encontrava, afirmando que seria preferível a mesma estar em areão, como esteve muitos anos, do que no estado em que se encontra atualmente. Referiu que habitavam pessoas nessa rua, que eram votantes e também não tinham direito ao saneamento que ainda não tinha chegado a essa rua. -----

-----Disse que a rua que referiu era apenas um exemplo de muitos. -----

-----Reportando-se às ruas secundárias, que em tempos passavam tratores e atualmente quase que nem a pé se passava, disse que muitos executivos de Junta de Freguesia e de Câmara tinham



Oliveira do Bairro assembleia municipal

passado e nada era feito nessas ruas. Alertou que também não estava a solicitar que o agora Presidente da Câmara enviasse para essas ruas a niveladora de terrenos e levasse tudo à frente, como já tinha acontecido noutros locais, no tempo em foi Presidente da Junta de Freguesia, em que levou os marcos dos terrenos, tendo sido alertado para o facto o qual prometeu regularizar a situação, contudo até à presente data estava tudo na mesma. -----

-----Afirmou que eram esses pequenos exemplos que mostravam o trabalho do Executivo.-----

-----Dirigiu os parabéns às equipas do Concelho de Oliveira do Bairro, que tinham alcançados os seus objetivos na época desportiva que tinha terminado, reportando-se concretamente à União Desportiva de Bustos. No que diz respeito ao campo de futebol de Bustos, disse que esperava poder continuar a usufruir do mesmo, ao menos igual ao ano anterior, pois caso pensassem em alterar o protocolo, solicitou que avisassem o Mamarrosa Futebol Club atempadamente.-----

-----Reforçou o pedido de apoio para a colocação de relvado no campo do Gorgolhão, pois a associação não tem capacidades financeiras para o conseguir fazer e apenas queriam igualdade perante os outros clubes, pois eram o único clube de futebol do Concelho que não tinha campo de futebol próprio. -----

-----**CARLOS MANUEL SANTIAGO RÉU** residente em Oiã – disse que existia uma carência grande de lombas, na rua principal de Oiã, afirmando que era urgente a colocação das mesmas, porque se poderia verificar a circulação de viaturas a grande velocidade e têm acontecido muitos acidentes, acreditando que com as lombas era a forma mais económica para o Município de ultrapassar essa situação. Alertou também para a falta de passadeiras nesse trajeto. -----

-----Sensibilizou para a questão da necessidade de colocação de sentidos únicos em Oiã, nomeadamente na rua Fonte do Lugar, uma rua de bastante tráfego que dava acesso à Zona Industrial de Oiã, em que devia ser proibido entrar na Zona Industrial vindo da rua Fonte do Lugar, porque já tinham acontecido acidentes muito graves no local.-----

-----Reportando-se à travessa Eng.º Agnelo Prazeres, que circunda um prédio construído por um ex Presidente de Junta de Freguesia Armando Pires da Silva, disse que também deveria ser de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sentido único, assim como a rua Fonte do Lugar também deveria ser de sentido único, na travessa da Lavoura, também de sentido único, assim como a rua da Brejeira. No que diz respeito à rua 30 de Junho, disse que era um caos havendo conflitos quase todos os dias, porque há vários comércios, as pessoas não podem estacionar e os locais de estacionamento eram muito escassos. -----

-----Referiu que em todas as situações que tinha reportado havia alternativas de trânsito sendo possível a colocação dos sentidos únicos, mostrando-se disponível para dar a sua opinião da forma como se poderia fazer os sentidos únicos.-----

-----Relativamente ao terreno do antigo edifício da Junta de Freguesia de Oiã, um terreno que pertence ao Centro Social de Oiã, questionou se existia alguma perspetiva de futuro, para o que se pretende fazer no local. Questionou também relativamente ao parque de estacionamento subterrâneo no cruzeiro de Oiã, qual era a intenção do Executivo para o local. -----

-----Questionou ainda relativamente à “famosa alameda” que liga a Junta de Freguesia ao cruzeiro de Oiã, dizendo que há anos que se falava nessa questão e até à data nada feito.-----

-----Sobre a rua do Colégio e a rua Agrads de Cima alertou que estavam ambas num estado miserável há muitos anos.-----

-----Questionou se em Oliveira do Bairro havia Delegado de Saúde, uma vez que nunca era visto nas IPSS, nesta fase crítica do Covid. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para esclarecer as questões apresentadas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – relativamente à ausência do Presidente da Câmara informou que o mesmo tinha tido um problema particular e por esse motivo teve que se ausentar dos trabalhos. -----

----- No que diz respeito ao local da realização da Assembleia, disse que tinha sido estudado e tinha sido entendimento que por questões de logística e de segurança seria mais fácil e lógico ser realizada no Pavilhão Municipal.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente à distância dos cidadãos à atividade política, disse que não era um problema atual, que não tinha a ver com a pandemia, nem com a localização da realização das Assembleias, mas conseguiam perceber que se não houvesse um assunto mobilizador na Ordem de Trabalhos, o número de presenças era por norma diminuto. Acrescentou que cabia a todos os que tinha atuação política no Concelho melhorar a performance e cativar as pessoas a virem assistir aos debates políticos, em prol do Concelho. -----

----- No que diz respeito às tampas dos contentores, disse que efetivamente as mesmas ficavam abertas por causa da pandemia, sendo evidente que os cheiros oriundos dos contentores eram incomodativos, contudo na vida por vezes o possível era inimigo do ótimo e esperava que a curto prazo a situação pudesse melhorar. -----

----- Relativamente às verbas não gastas nos eventos, iriam ser aplicadas no reforço ao apoio social e económico às pessoas e instituições do Concelho e também no apoio às associações. Recordou que o Município já tinha feito um investimento significativo, havendo verba cativada para essa área e esperava que o futuro, em termos de evolução da pandemia, não fosse negro de forma a obrigar o Município a um esforço suplementar. -----

----- Referiu que a verba que não foi gasta nos eventos, iria ser aplicada da melhor forma, naquilo que as pessoas, as associações e o comércio necessitassem. -----

----- Reportando-se ao estado das estradas, afirmou que infelizmente não era um problema só da Mamarrosa, mas sim um problema do Concelho, em que nos últimos anos as pavimentações de estradas não tinham sido uma prioridade política. Deu nota que nos últimos dois anos estavam pavimentados e contratados mais quilómetros do que em muitos anos de mandatos anteriores. -----

----- No que diz respeito aos protocolos entre a União Desportiva de Bustos, o Mamarrosa Futebol Club e a Câmara Municipal, afirmou que era um problema que estava em equação, estavam a estudar alternativas, acreditando que tudo iria correr bem. Afirmou que nos últimos a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relação não tinha sido fácil, entre as partes, mas com a calma e ponderação necessária tudo iria correr pelo melhor e o Mamarrosa Futebol Clube iria ter condições para treinar e jogar. -----

----- Disse que tinha noção que as condições não seriam as ideais para o Clube, que pretende treinar e jogar no seu campo, mas como já tinham referido ao munícipe Carlos Rocha, o Município tinha prioridades e fazer um campo relvado na Mamarrosa ainda não era prioridade, havendo outras, acreditando que um dia se chegue a essa prioridade em questão. -----

----- Sobre as questões do munícipe Carlos Réu, referiu que as lombas eram um pau de dois bicos, porque reduzia a velocidade do trânsito, mas depois criava outro tipo de problemas. Confirmou que a rua principal de Oiã, era uma rua distribuidora onde circulava muito trânsito, entre camiões e ambulâncias, e por isso as lombas não seriam uma mais valia. -----

----- Afirmou que a questão da velocidade tinha que passar pelo civismo dos condutores e pela atuação das autoridades.-----

----- No que diz respeito aos sentidos únicos sugeridos, informou que houve a tentativa de implementação de dois sentidos únicos na Freguesia de Oliveira do Bairro, com circulação de cento e poucos metros, e tanto o Presidente da Junta de Freguesia como o próprio se sentiram crucificados por alguns moradores. Afirmou que os mesmos tinham sido aprovados em Conselho Municipal de Segurança por unanimidade, logo havia parecer técnico favorável à colocação dos sentidos únicos, contudo as pessoas já retiraram a sinalização uma vez e ameaçam retirá-los novamente se forem colocados. -----

----- No que diz respeito à Freguesia de Oiã, informou que estavam feitos estudos técnicos, foi consultada a Junta de Freguesia e se não fosse a pandemia, com certeza já estariam implementadas as situações que tinham sido referidas pelo munícipe, no que diz respeito aos sentidos únicos. -----

----- Sobre o terreno da Junta de Freguesia, disse que não sabia se havia alguma coisa pensada para o local, tendo que questionar o Presidente da Câmara.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- No que diz respeito à ligação do Edifício da Junta de Freguesia à Praça do Cruzeiro, informou que grande parte dos terrenos estavam adquiridos, faltando só as duas casas junto à estrada, contudo as duas situações estavam já encaminhadas e perto de serem levadas a reunião de Câmara. Afirmou que num curto prazo de tempo iria ser construída a referida ligação pedonal, de forma a dignificar aquela zona da Freguesia de Oiã. -----

----- Reportando-se à rua das Agrads, confirmou que era um caos e a seu tempo terá o tratamento merecido, contudo não se podia fazer tudo ao mesmo tempo e atualmente a Câmara estava a dar prioridade aos arruamentos que afetavam mais o trânsito. -----

----- Quanto à questão da existência ou não de Delegado de Saúde no Concelho, afirmou que o Concelho de Oliveira do Bairro tinha uma Delegada de Saúde e que tem sido interlocutora em tudo o que a Câmara tem necessitado, tem participado nas reuniões e exercia as suas funções da forma que a mesma entende. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente à questão levantada sobre a escolha do local para a realização da presente Sessão, esclareceu que tinha sido uma decisão tomada em reunião da Comissão Permanente, dada a situação excecional que se estava a viver. -----

----- Deu nota que tinham sido equacionados vários locais, entre eles o Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, como tinha sido sugerido pelo munícipe Mauro Santiago, e depois de solicitada opinião de quem iria assegurar a questão da higienização e da segurança, chegou-se que este seria o melhor local para o efeito, tendo sido pedido o apoio à Câmara Municipal para que fossem criadas todas as condições de segurança quer para os munícipes, quer para os Membros da Assembleia.

----- Foi assim concluído o ponto da ordem de Trabalhos. -----

----- Deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deu nota da presença nos trabalhos do Secretário da Mesa Luís Carvalho. -----

----- Solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste assunto para que se inscrevessem, sendo-lhes seguidamente dado o uso da palavra;-----

----- **GONÇALO ROQUE BATISTA** – disse que como era sabido estava-se a atravessar tempos difíceis, e sabia-se que as verbas que estavam destinadas para os eventos culturais que, entretanto, foram cancelados devido à pandemia, iriam servir para dar apoio às necessidades resultantes dessa situação, contudo sugeriu que se realizasse um pequeno evento cultural, talvez para o final do verão, do estilo “drive in” à semelhança do que iria acontecer no Município de Águeda, podendo ser aproveitado o Espaço Inovação, parte exterior, de forma a não deixar esquecer a cultura. -----

----- Recordou que nos seus tempos de escola, nunca tinha tido nenhuma formação que fosse ligada aos primeiros socorros e atualmente como adulto, sentia essa necessidade. Nesse sentido sugeriu que fosse dada formação às crianças nesse âmbito, talvez através de protocolo com os Bombeiros Voluntários, mas era uma forma de preparar as crianças / jovens a atuarem caso fosse necessário numa urgência com que se deparassem.-----

----- Questionou se estavam a ser equacionadas algumas medidas mais rigorosas para o Concelho, uma vez que atualmente estava a ser mais assolado com a pandemia, do que no início da mesma e na pior das hipóteses se poderia ser equacionado um cenário de cerco sanitário para o Concelho. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DOMINGUES CANAS** – entregou a sua intervenção por escrito, à Mesa, a qual se transcreve;-----

----- *“Neste período de intervenções, gostaria minhas senhoras e meus senhores, de vos falar sobre a vila da Mamarrosa, a vila esquecida onde a Câmara Municipal nada faz. Vila que ao longo dos anos foi freguesia pertencente aos concelhos de Cantanhede (entre 1792 e 1836), ao concelho de Mira (entre 1836 e 1853), ao concelho de Anadia (entre 1895 e 1898) e ao concelho*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Oliveira do Bairro (entre 1853 e 1895 e desde a data de restauração do concelho de Oliveira do Bairro, a 13 de janeiro de 1898 até a atualidade). Vila desde 26 de agosto de 2003. Vila que passados dez anos deixou de ser freguesia. -----

----- Mamarrosa que desde as primeiras eleições autárquicas da nossa democracia em 1975, só conheceu uma cor na sua governação, a do CDS-PP. O anterior executivo Camarário do PSD, ainda viu o concelho como um todo e durante a sua governação dotou a Mamarrosa de um polo escolar, coisa que os políticos da oposição da altura (CDS-PP e PS) nunca defenderam, instalou o Instituto de Educação e Cidadania, reformulou a Rua das Obras Sociais entre outros investimentos feitos. Sobre o IEC, já na sessão da Assembleia Municipal de 15 de fevereiro de 2019 alertava a Câmara Municipal para a necessidade de intervir no edifício. O estado de degradação já bastante visível na altura, acentua-se dia-a-dia e no orçamento de 2020 não foi inscrita rúbrica e verba a isso destinado. -----

----- Espero Sr. Presidente que o próximo orçamento, o de 2021, ano de eleições também contemple a Mamarrosa, que inclua as obras de restauro do IEC, as verbas necessárias para mudar os candeeiros da calçada em frente ao IEC, a construção do passeio da Rotunda da Mamoá até ao Rio Novo, a repavimentação da Rua da Banda Filarmónica até ao limite da freguesia, que é uma vergonha para quem entra no município proveniente da Amoreira da Gândara, as proteções das vias onde as bermas apresentam desníveis acentuados. -----

----- Em suma, Sr. Presidente olhe para a Mamarrosa, olhe para os munícipes que o elegeram. E para os meus colegas da Assembleia Municipal, da Mamarrosa, eu recorro que não os ouço falar destes problemas da Mamarrosa, como os ouvia na altura em que o PSD foi executivo. Mas Senhores João Bastos e Luís Carvalho, os problemas estão lá para resolver e já lá vão quase 3 anos da vossa gestão camarária. -----

----- Gostaria ainda de Sr. Presidente, que fosse dado tratamento igual a todos os clubes de futebol do Concelho e que o Mamarrosa Futebol Clube, possa ter finalmente as mesmas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

condições que os outros clubes de futebol do concelho, com direito a um campo relvado e balneários condignos. E mais uma vez seremos os últimos a receber tratamento igual aos municípios do resto do concelho. E recordo Sr. Presidente e Sra. Vereadora do Desporto, a União Desportiva de Bustos e o Mamarrosa Futebol Clube assinaram recentemente o protocolo que a Câmara Municipal elaborou, para a utilização do campo de futebol em Bustos na próxima época. Mas isso não é sinónimo do seu pleno cumprimento, como também em épocas anteriores os acordos estabelecidos nunca foram plenamente respeitados, como ouvimos do Presidente do MFC na sua intervenção na Assembleia Municipal de 6 de dezembro de 2019. Na próxima época, o Bustos joga na primeira divisão da Associação de Futebol de Aveiro e certamente vai querer ocupar o campo ainda mais. -----

----- Nós membros desta Assembleia Mamarrosenses cá estaremos, assim espero que os meus colegas João Bastos e Luís Carvalho não fechem os olhos, cá estaremos dizia, para fiscalizar esse problema na próxima época.”-----

*----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – reportando-se aos números de casos positivos de Covid na última semana no Concelho, questionou se não se temia que fossem aplicadas em Oliveira do Bairro as restrições que foram colocadas no Concelho de Ovar, uma cerca sanitária.-----*

----- Relativamente ao projeto do Parque da Cidade pensado para o Parque dos Pinheiros Mansos, disse que gostaria que fosse feito um ponto de situação desse projeto, que fosse falado do financiamento do mesmo, com a comparticipação de fundos da União Europeia e para quando estava previsto o início da empreitada. -----

*----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – reportando-se ao lugar da Murta, disse que havia a necessidade de colocação de passadeiras na estrada principal da Murta, onde existem muitas habitações de um lado e do outro da estrada e na extensão de um quilómetro, desde a ponte da Murta em direção a Oliveira do Bairro não*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

existia uma única passadeira. Referiu que era uma questão que já tinha levado a Conselho Municipal de Segurança, mas até à data ainda nada tinha sido resolvido.-----

----- Recordou que tinha sugerido o alargamento da cobertura de saneamento em alguns arruamentos da Freguesia, e durante a presente semana tinha tido a notícia de que dois dos arruamentos iriam ser abrangidos, parabenizando o Executivo por essa situação.-----

----- Disse estar ciente da preocupação do Presidente da Câmara em distribuir de forma homogénea esses investimentos de alargamento de saneamento pelas várias Freguesias do Concelho, contudo o investimento que tinha sido feito na rua das Agradas na Freguesia de Oiã, tinha sido em cerca de meio milhão de euros e os dois alargamentos previstos para a Freguesia de Oliveira do Bairro, eram gravíticos de pouca extensão, que presumivelmente nem a metade do investimento que tinha sido feito em Oiã, chegariam. Alertou que a distribuição do investimento não deveria ser por uma questão de número de zonas a intervir, mas sim por investimento concreto em euros. -----

----- No que diz respeito à pandemia, disse que na sua ótica e em comparação com os casos a nível nacional, os casos no Concelho de Oliveira do Bairro, durante o estado de emergência tinham sido residuais, porque se forem retiradas as duas situações de pico, na Unidade de Cuidados Continuados e numa empresa sediada no Concelho, estava-se a falar de vinte e poucos casos positivos no Concelho. Afirmou que, contudo, na presente data já não era essa a realidade, porque se estava no Estado de Emergência no Concelho de Oliveira do Bairro, não querendo, no entanto, alarmar, mas estava muita gente a ser testada neste momento no Concelho, desde colaboradores de empresas, clubes de futebol, entre outros casos, alertando que era necessário haver cautela.-----

----- Pelo que atrás tinha exposto, sugeriu que se abrisse novamente a ADC – Área Dedicada ao Covid, que para si era uma prioridade porque a solução passava por testar o maior número de pessoas. Sugeriu também que não fizessem testes serológicos, porque na sua opinião os



Oliveira do Bairro assembleia municipal

testes mais infalíveis eram os da zaragatoa, sendo o método mais eficaz para a deteção do vírus.

----- Reiterou que era mesmo necessário que se testasse o maior número de pessoas a curto prazo.-----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia, disse que tinha ouvido com atenção o reparo feito, sobre a última Sessão da Assembleia, tomando a sério as palavras proferidas, contudo e com todo o respeito que tinha pelo Presidente da Assembleia e pela Mesa, uma quota parte do que tinha acontecido também se deveu ao Presidente da Mesa. -----

----- Referiu que, nos procedimentos enviados, com as indicações a ter em conta para a realização da Assembleia Municipal, era referido que todos eram obrigados a usar máscara e isso não se verificava, sendo essas pequenas coisas, que levavam a outras atitudes, devendo o Presidente da Mesa fazer cumprir as normas internas. -----

----- Dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara, disse que o pretendia sensibilizar no sentido de mandar colocar algumas cadeiras, cumprindo as normas da DGS, no Edifício Público, no Centro de Saúde e nas Unidades de Saúde Familiar do Concelho, cadeiras essas, destinadas a idosos, grávidas e a pessoas com incapacidades físicas. Deu conhecimento que foi dado conhecimento ao UPOB essa situação por utentes desses organismos.-----

----- Disse que desconhecia se tinha sido recebido pelo Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro Dr. Fernando Mendonça, para a audiência anunciada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Referiu que ia dar nota de algumas notícias, que achava pertinente transmitir:-----

----- No dia um de julho, todas as IPSS do Concelho, com respostas sociais de creche e CAO – Centro de Atividades Ocupacionais, iam a Alquerubim levantar EPIS, no valor aproximado de mil duzentos e vinte e cinco euros e para a IPSS que têm as duas valências, recebiam a dobrar. Informou que a iniciativa tinha resultado de um protocolo de colaboração de reforço de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

emergência, assinado pelo Ministério do Trabalho e de Solidariedade Social, Segurança Social e a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, no valor de dois mil e quinhentos milhões de euros, tendo a União das Misericórdias outro protocolo que não o referido.

----- No que diz respeito à Academia de Verão – Campo de Férias, que se realizaram nos anos de 2018 e 2019, com um excelente desempenho, contudo no presente ano tinha passado a designar-se por resposta de apoio às famílias, dirigido a crianças dos seis aos doze anos, tendo um programa bastante diferente, para pior, não obstante de saber o motivo, contudo os valores cobrados às famílias não era muito diferente dos anos atrás referidos, em que o programa era muito mais extenso e ia para além do Concelho. Disse que o UPOB entendia que o valor era demasiado para o programa apresentado no presente ano. -----

----- Reportando-se ao Tribunal de Família e Menores, deu conhecimento que tanto as leituras dos acórdãos como as audiências têm sido realizadas no Tribunal de Anadia, estando-se assim em risco de perder o Tribunal em questão para outro Concelho vizinho, se o Executivo não avançar com uma solução alternativa, dentro do Concelho. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – dirigiu um cumprimento especial aos cidadãos que tinham feito a sua intervenção no período da Intervenção Aberta ao Público, afirmando que era muito importante que o público acompanhasse as Assembleias Municipais. Referiu que o PSD acompanhava a preocupação dos munícipes, nomeadamente nas transmissões online. -----

----- Relativamente ao que tinha sido dito pelo Presidente da Mesa da Assembleia, de que havia prioridades, questionou quais eram essas prioridades. -----

----- Disse lamentar a transformação do tema Covid-19 em tema político, porque como tinha sido referido pelo Membro da Assembleia Acílio Vaz e Gala, se deveria combater o vírus de uma forma unida e muito responsável. Afirmou que na presente semana a Câmara Municipal anunciou que havia dois Vereadores, sem pelouros que tiveram teste negativo à Covid e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

irresponsavelmente e ainda foi apelado a todos os dirigentes políticos que fossem responsáveis.

----- Afirmou que era dirigente político assim como outros elementos presentes, e via-se a si e aos outros elementos como pessoas responsáveis, contudo e conforme os estudos o vírus iria atingir cerca de 70% da população, não querendo dizer que as pessoas atingidas não fossem responsáveis. -----

----- Disse que tinham ficado todos a saber que o Vice-Presidente da Câmara, tinha acusado positivo num teste ao Covid e não tinha informado ninguém, nem os Vereadores com quem tinha estado em contacto, nem os funcionários municipais e todos têm as suas famílias. Afirmou também que não foi feita a desinfestação do espaço municipal, questionando quem é que não tinha sido responsável. -----

----- Referiu que as pessoas que contraíam o vírus tinham que ser respeitadas e tratadas. -

----- Afirmou que o Vice-Presidente da Câmara tinha tido sorte porque se o segundo teste tivesse dado positivo, neste momento estava sentado num banco mais duro, porque tinha sido um crime de perigo comum, agravado pelo resultado e pelo cargo que ocupava, achando inadmissível que tenha sido a sua pessoa a informar os Vereadores de que o Vice-presidente tinha dado positivo, porque os funcionários do município estavam preocupados e denunciaram a situação, contudo não quis fazer aproveitamento político da situação e agora vinha o Executivo fazer aproveitamento político com testes negativos de dois Vereadores e chamar à responsabilidade os dirigentes políticos.-----

----- Dirigindo-se ao Vice-Presidente afirmou que este tinha sido deploravelmente irresponsável e que devia um pedido de desculpas aos Vereadores em questão, aos funcionários municipais e à população em geral.-----

----- Disse que mais do que uma vez tinha sido colocada a questão dos testes serológicos, questionando o executivo se estavam em condições de garantir que esses testes eram eficazes no combate à pandemia, e se garantiam que as IPSS do Concelho estavam em segurança.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – reportando-se ao funcionamento da última Sessão da Assembleia Municipal, concorda que de facto a mesma não tenha corrido bem, tendo as discussões sido demasiado prolongadas o que por norma se tornavam pouco produtivas e acabavam por dar origem a excessos de linguagem e crispação, que lhe pareceram despropositados.-----

----- Afirmou que todos também entendiam que a pouco mais de um ano das eleições autárquicas, as crispações começassem a existir, contudo havia a obrigação de todos colocarem alguma água na fervura, de forma a garantirem que o presente mandato corra de forma a que dignificasse a todos, a Assembleia e o Concelho.-----

----- Sugeriu que se olhasse para o Regimento da Assembleia Municipal esse tentasse cumprir o que lá estava explanado. Afirmou que não constava no Regimento, também por culpa sua porque sempre se opôs a inclusão desse ponto, que era a limitação do tempo por Bancada e nesse sentido todos deveriam interiorizar que as Bancadas deveriam fazer um trabalho prévio e uma ou duas pessoas transmitirem a mensagem do coletivo, sem que seja necessário que todos os Membros da Assembleia intervenham. Esclareceu que nunca quis que esse ponto fosse para o Regimento, porque entendia que todos tinham sido eleitos de forma individual e também tinham o direito de por vezes discordar da Bancada.-----

----- Afirmou que se todos contabilizarem o tempo e se for feito o trabalho de Bancada, na sua opinião duas horas era mais do que suficiente para discutirem qualquer ponto da Ordem do Dia, ao contrário do que tinha acontecido na última Assembleia em que estiveram quatro horas a discutir o mesmo assunto.-----

----- Referiu ainda que na Assembleia não existiam pessoas de diversas categorias, porque ninguém estava excepcionado do cumprimento do Regimento e nesse sentido todos tinham que fazer o exercício de no tempo que a cada um for atribuído para as suas intervenções, as façam nesse tempo, obrigando a que se foquem no essencial, deixando outro tipo de questões para outros fóruns.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Alertou para o facto de no site institucional do Município, as atas e as deliberações tanto da Câmara Municipal como da Assembleia Municipal, não estarem atualizadas, solicitando que se tivesse mais cuidado com a atualização dessas informações. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que gostaria de se retratar ao tom de voz exaltado, com que na última Assembleia se tinha dirigido aos presentes, e pelo respeito que tem a todos, tanto institucional como pessoal, apresentou o seu pedido de desculpa ao Presidente da Assembleia e a todos os Membros da Assembleia. -----

----- Disse que seria importante encontrar uma resposta para as pessoas que estão à porta do Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, pois só podem estar três pessoas em simultâneo no interior da sala de espera, contudo as restantes pessoas esperam ao sol e à chuva e nem cadeiras têm para se sentarem. -----

----- Apelou ao Presidente da Mesa, que refletisse sobre a sua liderança e a sua condução dos trabalhos. Uma reflexão não sobre a parcialidade, porque essa era uma evidência incontornável e factual, mas sobre os critérios e equidade no tratamento e nas chamadas de atenção que também eram factuais, sobre a gestão dos tempos de todas as partes, sobre as diferenças de tratamento institucionais, nomeadamente nas comunicações escritas, sobre a representatividade da Assembleia nos convites que recebe, por parte das associações, sobre os princípios éticos que devem reger quem preside ao maior órgão institucional de um município. -

----- Afirmou que se sabia que o Presidente da Mesa, não estava sozinho nas responsabilidades, mas também se sabia que as lideranças nessa matéria, eram lugares solitários e a responsabilidade era sempre do líder. -----

----- Disse que a relevância e o prestígio do lugar que era ocupado pelo Presidente da Assembleia, era grande, mas a responsabilidade e a responsabilização eram máximas e as lideranças eram assim mesmo, a responsabilidade máxima era e seria sempre do líder e a desculpabilização, nunca seria uma resposta, pelo menos a resposta de um líder. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que se estava perto de ver verbalizado por outros Membros da Assembleia, a mesma frase que o Dr. Vaz e Gala, com o peso e a relevância de ter sido feita por quem foi, tinha deixado, quando se afastou do reconhecimento da sua liderança como Presidente da Assembleia Municipal. Disse que o próprio e outros como o mesmo, e eram vários na presente Assembleia, que tinham tido vários presidentes de Assembleia Municipal, todos com os seus méritos e defeitos, como o atual Presidente da Mesa e como cada um dos presentes. Deu nota que todos tinham tido problemas de gestão da Assembleia, nenhum tinha agradado a todos, mas pedindo desculpa pelo que ia dizer, nunca se tinha caído numa situação de tamanho afastamento, entre a presidência da Assembleia e a Assembleia no seu todo.-----

----- Afirmou que tinha receio que se estivesse a chegar a um ponto sem retorno.-----

----- Disse que pretendia terminar a sua intervenção com uma declaração de interesses, absolutamente verdadeira, afirmando que o seu adversário político era o Líder de Bancada do CDS, a quem chamava de amigo com muito orgulho, o adversário político do PSD era o CDS e o seu Executivo, onde também se sentavam amigos seus e esses eram os focos, tendo sido sempre assim e preparavam as Assembleias sempre com esses pressupostos. -----

----- Afirmou que o Presidente da Assembleia, nunca tinha sido o adversário do PSD, mas acabava invariavelmente por se transformar no maior problema de gestão da Assembleia e o foco das maiores divergências e não falava só do PSD, mas também da restante oposição. -----

----- Referiu que o Presidente da Mesa tinha que ser o farol e o equilíbrio da Assembleia, solicitando que fosse isso mesmo. -----

----- Disse que naturalmente, dificilmente iria ter o voto do PSD nas próximas eleições, mas teria a referência e o exemplo da autoridade que tinha que ter.-----

----- **JOÃO MANUEL OLIVEIRA BASTOS** – reportando-se aos acontecimentos da última Assembleia, disse acreditar que todos já tenham ponderado sobre o que se tinha passado, e que esteja tudo mais calmo e como já muito tinha sido dito sobre o assunto, na presente Assembleia,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não ia fazer a intervenção que tinha pensado fazer. -----

----- Disse que subscrevia grande parte da intervenção do Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa, apelou que o mesmo fizesse tudo o que estivesse ao seu alcance, para que as Assembleias sejam transmitidas online, porque os munícipes precisam de ver a forma como os eleitos, tratavam os votos para os quais foram confiados, para o bem e para o mal. Afirmou que se sabia que com esta situação, se poderia ter menos público presente do que aquele que já existe, contudo poderia ser a solução e numa segunda fase pode-se pensar de os munícipes poderem intervir também online, no momento certo. -----

----- Disse que poderia ser uma forma de cativar as pessoas a participarem, a estarem presentes nas Assembleias Municipais e não só naquelas em que o público vem porque há um assunto mais interessante a ser debatido, ou porque há problemas que querem apresentar.-----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Arsélio Canas, quanto à sua pouca intervenção no presente mandato, esclareceu que não fazia tantas intervenções como no mandato anterior, porque conseguia falar diretamente com quem de direito, noutros locais, sempre na expectativa de fazer o melhor pela Mamarrosa, porque nem sempre o que era dito em Assembleia, e ficar bonitos para a foto, era a melhor forma de fazer alguma coisa pela população, havia outras formas de o fazer. -----

----- Disse que iria colocar algumas questões, não obstante de saber o ponto de situação, mas era uma forma de todos ficarem esclarecidos, assim questionou qual era o ponto de situação relativamente a:-----

----- construção da Unidade de Saúde Familiar da União de Freguesias;-----

----- passeio de acesso da rotunda da Mamoá ao Parque do Rio Novo; -----

----- alcatroamento de várias ruas nomeadamente na travessa da Quinta da Vitória e outras



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ruas do Município que se encontram degradadas;-----

----- sinalização horizontal na zona do polo escolar da Mamarrosa;-----

----- substituição ou reparação dos candeeiros no largo junto à Igreja e ao IEC;-----

----- em que ponto se encontrava a intenção de se fazer algo de arte urbana, também nas vilas da União de Freguesias; -----

----- se havia algum desenvolvimento relativamente à rampa de acesso ao salão da Associação de Melhoramentos da Mamarrosa e a reparação da escadaria, uma obra que se falava ter verba atribuída pelo Município há muitos anos, mas quem geria a associação não tinha a capacidade e vontade para o fazer, que seja o Município a fazer a obra, até porque fora do salão o espaço era público. -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse que considerando que existia um contrato com uma empresa relativamente às AECS, tendo as mesmas encerrado no mês de março devido à pandemia, questionou se tinha havido alguma negociação no sentido de haver uma redução financeira relativamente ao que estava inicialmente acordado. -----

----- Deu nota que tinha visto nas redes sociais, que o Arquivo Distrital de Aveiro tinha tentado contactar a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, no sentido de obter informações relacionadas com um trabalho que o Arquivo estava a desenvolver de divulgação de personalidades, contudo não tinha obtido resposta. Solicitou que fosse esclarecida essa questão caso tivesse sido verdade.-----

----- Afirmou que compreendia o Membro da Assembleia Gonçalo Roque, quando diz que cultura eram os espetáculos, contudo havia também outra que era aquela cultura que ficava preservada e nesse sentido havia a memória das personalidades e o contexto escrito. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Gonçalo Roque, que referiu que a cultura deveria ser



Oliveira do Bairro assembleia municipal

preservada e colocada sempre como prioridade, recordou uma questão colocada a Wilson Churchill, durante a segunda guerra mundial, de quando é que se poderia cortar na cultura, para haver dinheiro para construir caças, bombardeiros, entre outro material bélico, e a resposta dada foi que, era por causa da cultura que os Estados Unidos estavam em guerra com a Alemanha e por isso na cultura nunca poderá haver cortes, podendo arranjar novas formas de apoiar.-----

----- Afirmou que concordava com o que era dito pelos Membros da Assembleia Nuno Barata e Carlos Ferreira, apesar de os mesmos por vezes, ou não entendem as suas intervenções, ou então enviesam as mesmas, quando afirmavam que a educação e a cultura eram um investimento.-----

----- Deu nota que uma das suas preocupações era que as crianças pudessem ter todas as oportunidades possíveis a nível de educação e da cultura.-----

----- Referiu que quando falava de cultura, não se referia só a peças de teatro, de literatura, entre outras, mas referia-se sim à cultura democrática que se fazia nas Assembleias Municipais e cada vez que se podia criticar o que era o investimento em várias áreas distintas, teria que se pensar que se estava a construir a cultura democrática do Concelho, estando assim a transmitir aos jovens a questão da cultura democrática.-----

----- Relativamente aos tempos utilizados na Assembleia Municipal, dirigindo-se ao Membro da Assembleia Armando Humberto disse que esse era um assunto já falado várias vezes em Comissão Permanente e quando deu formação política, essas questões eram sempre levantadas. Afirmou que seria conveniente que os tempos fossem estipulados por Bancada, contudo o entendimento era que se minimizava a independência de cada um dos Membros da Assembleia, mas se calhar faltava era outra coisa que era, enquanto os Membros da Assembleia tinham quinze minutos para falarem de cada um dos assuntos, também o Presidente da Câmara tinha quinze minutos para dar resposta aos quinze minutos de cada um dos Membros



Oliveira do Bairro assembleia municipal

intervenientes. -----

----- Quanto ao que tinha sido referido pelo Membro da Assembleia Nuno Barata, em que o seu adversário era o Líder de Bancada do CDS-PP, disse que a questão era precisamente essa, porque se sentia adversário e não inimigo e esse tinha que ser o entendimento de todos, porque todos eram adversários, mas todos pretendiam o bem do Concelho. -----

----- Afirmou que todos tendem a ver o Presidente da Mesa como um farol, mas cada vez que o mesmo tentava por a luz, o brilho era-lhe retirado. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente aos tempos utilizados por cada interveniente, deu nota que no presente ponto tinha havido mais dois pedidos de intervenção, que surgiram posteriormente à rateação do tempo, solicitando aos Membros da Assembleia que tivessem isso em atenção e se inscrevessem na devida altura, para que não se some tempo ao ponto da ordem de trabalhos, correndo o risco de não serem aceites os pedidos de intervenção feitos “à posteriori”.-----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – solicitou autorização para passar a palavra à Vereadora Lília Ana Águas, para que respondesse às questões colocadas, relativas ao seu pelouro;-----

----- Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – relativamente à situação do Covid-19, informou que à data e relativamente à situação ocorrida no estabelecimento comercial, no passado dia 13 de junho, existiam dezasseis pessoas infetadas, cento e cinquenta pessoas em vigilância, foram realizados cento e vinte testes, tendo dado negativo sessenta e nove testes e cinquenta a aguardar resultados. -----

----- Informou que tem havido reuniões do Grupo de Crise e têm estado muito próximo das entidades de Saúde responsáveis e da Proteção Civil, de forma a perceber se é necessário tomar



Oliveira do Bairro assembleia municipal

medidas mais drásticas no Concelho, mediante os resultados dos testes, contudo há informação que a cadeia de contágio estava circunscrita esperando, no entanto, os restantes resultados e mediante os mesmos seriam tomadas as diligências necessárias. -----

----- Relativamente à necessidade de aplicação de um cerco sanitário ao Concelho, explicou que a situação estava legislada na Lei da Bases da Proteção Civil e decorria de uma decisão do Conselho de Ministros, não sendo por isso nem a Assembleia Municipal nem a Câmara Municipal, que decidem fazer um cerco sanitário ao Concelho. Acrescentou que não havia qualquer indicação da Tutela, nem das entidades superiores de que pudesse vir a acontecer essa situação.

----- Apelou à consciência de todos, porque se era verdade que durante o período de emergência o número de casos tinha sido controlado, também era verdade que nesse período as pessoas estavam confinadas nas suas residências e atualmente já não era assim e sentia que as pessoas estavam a relaxar um pouco mais e a consequência estava à vista. -----

----- Deu nota que tinha sido feito um trabalho muito estreito e importante juntamente com as IPSS, durante o estado de emergência, o que tinha permitido que os resultados de infeções nas IPSS, tivesse sido praticamente nulo, tendo havido um ou outro caso pontual na Unidade de Cuidados Continuados, mas de forma geral tudo tinha corrido bem esperando que assim continuasse a ser.-----

----- No que diz respeito à fiabilidade dos testes serológicos, recordou que os testes adquiridos pelo Município tinham sido adquiridos numa altura em que não havia testes disponíveis, durante o estado de emergência e esses testes foram sempre destinados aos profissionais de primeira linha e às pessoas que entravam em confinamento para as IPSS. Afirmou que não era técnica e não iria atestar sobre o assunto, mas os testes tinham o certificado do INFARMED e a garantia do laboratório. Afirmou ainda que de todos os testes realizados e até ao momento não tinha havido nenhum resultado que tivesse sido contrário à realidade.-----

----- Sobre as questões colocadas da Segurança Social e dirigindo-se ao Membro da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia Acácio Oliveira, disse que ficava satisfeita por este ter essa informação por parte da Segurança Social, mas esclareceu que na presente data da parte da tarde, tinha tido reunião do grupo de crise e as IPSS não tinham referido que iam receber equipamentos de proteção individual por parte da Segurança Social. Informou que após as questões levantadas, na última Assembleia Municipal pelo Membro Acácio Oliveira, questionou as IPSS sobre os apoios da Segurança Social ao longo dos últimos meses e a resposta foi de que no dia um de julho as IPSS iriam receber máscaras, contudo a Segurança Social acompanhou as IPSS através de envio relatórios.-----

----- Disse que não estava satisfeita com as quantidades de EPIS a serem entregues porque o valor de mil e duzentos euros era muito reduzido, se tiverem em atenção às contas apresentadas pelo Membro da Assembleia Arsélio Canas, ficando de igual forma as IPSS com necessidade de EPIS. -----

----- Deu nota que continuava à espera da reunião que tinha pedido com o Diretor da Segurança Social de Aveiro. -----

----- Relativamente à colocação de cadeiras no exterior do Centro de Saúde para que os utentes pudessem esperar, esclareceu que a gestão do espaço assim como a reorganização do serviço, no plano de contingência não era da responsabilidade da Câmara Municipal, contudo a situação de colocar cadeiras e promover lugares com sombras, iria criar o problema dos ajuntamentos de pessoas. Informou que tinha sensibilizado o Centro de Saúde para o problema, de forma a tentarem perceber se a Câmara poderia fazer alguma coisa que estivesse ao alcance.

----- No que diz respeito à componente de apoio à família no verão, disse que tinham trabalhado muito para chegarem ao que tinham feito no ano passado, que tinha sido um programa de excelência, mas a verdade é que atualmente se estava numa situação de pandemia e nesse sentido tiveram que optar por uma solução, de arranjar uma solução para os pais das crianças que precisassem do serviço, mas cumprindo todas as regras emanadas, na organização das atividades.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Quanto aos valores, esclareceu que naturalmente o Campo de Férias tinha um programa completamente diferente, contudo havia workshops contratados e o número de monitores teve que ser duplicado, devido ao que estava estipulado quanto ao número de crianças por monitor. Acrescentou que havia outros encargos que não estavam espelhados, mas eram necessários para que o serviço pudesse funcionar. -----

----- Informou que no presente ano, tinham sido abertas cem vagas e até ao momento tinham apenas nove inscrições, sendo que, a data limite de inscrição era na presente data, o que demonstrava a preocupação dos pais, perante o que se estava a viver. -----

----- Relativamente à questão colocada sobre o Arquivo Distrital disse que desconhecia, não tendo tido nenhum contacto, contudo iria averiguar o que se tinha passado. -----

----- Sobre a questão das AEC's, informou que todos os serviços contratualizados no início do ano e que por força da pandemia não vieram a ser cumpridos, tiveram que ser reajustados, uns com a prorrogação do prazo, outros em redução com encontro de contas tendo a ver com o equilíbrio financeiro e com a legislação em vigor. -----

----- No que diz respeito à arte urbana, disse que era um projeto do atual Executivo, mantando-se o compromisso de ser realizado em todas as Freguesias do Concelho, contudo a pandemia veio atrasar todo o processo, porque já estavam escolhidos os locais para a Freguesia de Oiã e para a União de Freguesias. -----

----- Reportando-se à cultura, disse que não pretendia em momento algum descurar essa área, contudo em todos os pelouros que tem, vai dando mais atenção à área que naquele momento precisa mais da sua atenção e à medida das necessidades de cada uma. Afirmou que nos últimos meses a grande preocupação era a saúde e a ação social, os apoios imediatos às comunidades, às IPSS, aos programas sociais, não obstante as preocupações e obrigações para com os outros pelouros. -----

----- Deu nota que na cultura, assim que foi possível, mantivera, algumas atividades,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

realizaram o MOB online, reajustando aquilo que era permitido fazer. Informou que antes do atual foco de Covid-19 no Concelho e perante o número de infetados, a Câmara tinha aderido à iniciativa a nível nacional com a Ana Moura, para mostrar que estavam empenhados na área da cultura, informou ainda que estava já definido com as IPSS um projeto de apoio, quer à cultura quer às IPSS, de criar iniciativas que iriam decorrer nos meses de julho e agosto, no terraço do QA, onde a receita da bilheteira revertia a favor das IPSS e os espetáculos com músicos do Concelho. -----

----- Deu nota que perante os números atuais de infetados no Concelho, a iniciativa foi adiada e assim que fosse possível, a mesma iria ser realizada, com o intuito de apoiar as IPSS e os músicos do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – informou que o IEC iria ser alvo de obras de beneficiação a curto prazo, sobre a rotunda da Mamoia o projeto estava a ser executado, contudo havia uma situação antiga que estava em negociação, que era a questão de cedência de uma proprietária que estava intransigente, tendo provavelmente que ser tomadas outro tipo de medidas. -----

----- Sobre as bermas e do estado das estradas, informou que não era uma questão só da Mamarrosa, mas sim de todo o Concelho em geral e nesse sentido na medida do possível iam beneficiando. Informou que se estava a fazer um investimento significativo na melhoria da rede viária do Concelho. -----

----- Relativamente à questão do Parque dos Pinheiros Mansos, disse que o parque iria beneficiar de um projeto de requalificação, resultante de uma candidatura feita pela Câmara Municipal, onde foi recebida uma comparticipação de cerca de duzentos mil euros, e nesse sentido, aquela que já era uma zona bonita da cidade, iria ser requalificada, nos seus acessos, iriam ser criadas estruturas para que as pessoas possam usufruir do espaço, não tendo dúvidas que iria ficar um espaço agradável para se estar e ser grande atração de pessoas para a cidade,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

podendo usufruir da natureza.-----

----- No que diz respeito à questão da ADRA disse que tinha feito o que estava ao seu alcance, para impedir o negócio, contudo a rede foi vendida e a partir desse momento o Município perdeu autonomia nesse setor. Afirmou que o Município ia sempre pressionando, com as situações, contudo dependiam sempre da vontade da ADRA e o pouco que vai sendo atribuído, vão distribuindo pelo Concelho. Concorda que na Freguesia de Oiã, tinha sido feita uma obra significativa, em Oliveira do Bairro foi também realizado algum trabalho e com certeza iria ter mais trabalho realizado no futuro, à medida que se for convencendo a ADRA a investir mais em Oliveira do Bairro, porque não é um Concelho prioritário para a empresa, porque já tinha uma rede considerável quando foi concessionada e nesse sentido a empresa dá prioridade a outros Municípios que estavam mais deficitários de rede. -----

----- Sobre a Unidade de Saúde Familiar, deu nota que tinha sido aprovado em última reunião de Câmara o procedimento para o estudo geológico, que era necessário realizar, estando o projeto concluído e por isso acreditava que em breve o projeto avançaria para aprovação final e a execução da obra, tão rápido quanto possível.-----

----- Sobre a sinalização do polo escolar, a colocação dos candeeiros na Mamarrosa e a rampa de acesso à Casa do Povo da Mamarrosa, disse que a curto prazo serão realizadas. No que diz respeito à arte urbana deu nota que as cinco vilas do Concelho iriam ser contempladas.

----- Relativamente à intervenção do Membro Paulo Figueiredo e ao que à sua pessoa diz respeito, esclareceu que no dia vinte e sete de março se tinha levantado com ligeira dor de cabeça, tomou um paracetamol e fez um dia de trabalho normal, sem qualquer outro sintoma. Ao final da tarde, sentiu que estava com estado febril mais elevado e, como já se estava num estado de pandemia, saiu pelas escadas que dão acesso direto à garagem, entrando no seu carro até sua casa, onde ficou isolado no seu quarto. A febre não baixava sem medicação e no dia 30 de março ligou para a linha da saúde 24, onde foi informado que lhe dariam uma resposta em vinte



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e quatro horas, a resposta não foi dada e no dia trinta e um de março, combinou com a Vereadora e foi fazer um teste serológico, o qual deu positivo. -----

----- Deu nota que após esse resultado, informou o Presidente da Câmara que informou a Delegada de Saúde e a partir desse dia, foi decidido em conjunto com o ACES, que os seus familiares diretos e quatro colaboradores mais próximos de si, da Câmara Municipal, ficaram em confinamento e assim foi até ao dia nove de abril. Referiu que minutos depois de a Vereadora Lília Ana Águas, ter dado nota em reunião de Câmara que havia um “pato” infetado, recebeu a mensagem da Delegada de Saúde a informar que o segundo teste realizado era negativo, contudo os quatro dias seguintes ainda foram passados dentro da sua habitação, tendo vindo trabalhar apenas no dia treze de abril. -----

----- Informou que nesse seu primeiro dia de trabalho após confinamento, cerca das dezanove horas, recebeu um telefonema da sua esposa a informar que a GNR estava em sua casa à sua procura dizendo que não poderia ter saído de casa, tendo-se deslocado imediatamente ao posto da GNR, tendo sido informado que não passou de um erro.-----

----- Referiu que a sua família e os quatro técnicos municipais, foram acompanhados diariamente pelos técnicos do ACES. -----

----- Perante o que tinha descrito da situação, questionou onde é que estava o seu ato de irresponsabilidade e como não foi para um bar que deveria estar fechado à hora dos factos, e que quem foi tinha a obrigação de, ou denunciar ou não entrar, presumia que o recado da irresponsabilidade, não seria para si, tendo havido engano no Vereador. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente às normas de segurança de funcionamento das Assembleias Municipais, esclareceu que foram trabalhadas por quem de direito, tendo sido enviado a todos os Membros, acreditando que todos o leram e o saibam colocar em prática. -----

----- Quanto à escolha do espaço, a organização do espaço, o solicitar recursos humanos,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tudo foi tido em consideração e solicitado ao Executivo tendo recebido a sua colaboração. -----

----- Afirmou que apesar de tudo o que tinha referido, faltava ainda a dimensão da conduta e do comportamento de cada um dos presentes. Deu nota que quando chamava a atenção era para todos os que prevaricavam conscientemente ou não, quer dos tempos de intervenção, quer da forma como circulavam no espaço, colocando em causa a segurança de cada um dos presentes e a do próprio.-----

----- No que diz respeito às prioridades da Mesa da Assembleia, alertou para algumas situações que cada um precisava de se autorregular, tendo também essa missão reguladora como Presidente da Mesa da Assembleia, sendo o primeiro e o último responsável. -----

----- Disse esperar dessa colaboração de cada um dos presentes, para o bom funcionamento dos trabalhos e essa era a prioridade que depois era operacionalizada, cumprindo com as leis, procurando sempre ser o exemplo, praticando as normas de segurança. -----

----- Agradeceu o apelo que lhe tinha sido feito sobre a reflexão de liderança, dizendo que tinha em consideração tudo o que era matéria de procurar refletir e pensar sobre o seu comportamento e atitudes e de facto esta não certamente a sua melhor “praia”, mas era também a sua “praia”, porque era cidadão e munícipe do Concelho de Oliveira do Bairro, tinha assumido e colocou-se à disposição do Concelho, foi a sufrágio e mesmo na sua condição assumia a sua responsabilidade. -----

----- Relativamente às atas disse que tem utilizado a sua posição política para que as atas possam estar feitas e atualizadas, não o estavam ainda, mas era um esforço que se estava a fazer para regularizar a situação, mas não estavam esquecidas. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia para solicitarem ou prestarem esclarecimentos, tendo-lhes sido concedida; -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – relativamente às prioridades da Mesa referiu que afinal, não eram prioridades, mas o cumprimento dos direitos e obrigações dos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Membros. Afirmou que havia tanta coisa para fazer na Assembleia Municipal e tantas solicitações para melhorar a Assembleia Municipal, que pensou que as coisas estivessem mais avançadas, pedindo desculpa por estar enganado e assim retomava a sua posição e opinião inicial de que a Mesa estava muito deficitária e com serviços mínimos. -----

----- Disse que para esclarecer o Vice-Presidente da Câmara, havia claramente uma diferença na responsabilidade, porque o Vice-Presidente tinha sido muito lesto a enviar um comunicado para a Agência Lusa, para dizer que havia dois Vereadores que tinham estado numa festa, o que não era verdade, e que tinham acusado negativo e depois não teve o cuidado nem com os funcionários da Câmara, ou até com o Vereador que se costuma sentar ao seu lado, que é de risco e não teve o cuidado de o avisar. -----

----- Afirmou que se por acaso o Vice-presidente tivesse um segundo teste positivo, incorria num crime comum, que ia de um a oito anos de pena de prisão, com perda de mandato e era agravado até um terço. -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – relativamente ao Tribunal de Família e Menores e à possibilidade de o mesmo ser deslocado para outro Concelho, disse que gostaria de ouvir o Executivo relativamente ao que tem sido feito para solucionar a questão. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – relativamente à execução do passeio da Mamoá, disse que o Vice-presidente tinha referido que o projeto estava quase concluído, contudo na Assembleia Municipal de seis de dezembro do ano anterior a resposta tinha sido a mesma. Questionou quando é que a obra começava a ser executada. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia, disse que as comemorações do 25 de Abril, tinham sido marcadas por graves falhas de comunicação, ao ponto de ter sido um Membro da Bancada da oposição que alertou o Presidente da Mesa para que comunicasse a todos os Membros da Assembleia de como forma é que se iriam realizar as referidas comemorações. Afirmou que não era assim que as coisas deveriam acontecer. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – relativamente aos testes, disse que o Vice-Presidente provavelmente tinha acusado um falso positivo no primeiro teste que tinha realizado, porque se o mesmo tivesse feito um teste de zaragatoa, provavelmente todas as contingências que tinham derivado do teste positivo, não tinham acontecido.-----

----- Afirmou que na sua opinião, atualmente que já havia testes de zaragatoa disponíveis, não fazia sentido nenhum fazer testes serológicos. -----

----- No que diz respeito ao Centro de Saúde e à possibilidade de se colocar uma estrutura adicional exterior, para criar condições de espera para os utentes, informou que na presente data tinha estado reunido no Centro de Saúde e confirmava essa necessidade. Lançou o repto à vereadora Lília Ana Águas para que possa entrar em contacto com o Centro de Saúde e perceber quais as necessidades e o que se poderia fazer. -----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara, para responder às questões suscitadas se assim o entendesse. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – solicitou autorização para passar a palavra à Vereadora Lília Ana Águas para que pudesse esclarecer as questões que lhe tinham sido dirigidas;-----

----- A Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – relativamente aos testes, afirmou que a verdade era que se o SNS tivesse realizado o teste ao Vice-Presidente, certamente o assunto, não era assunto, contudo o mesmo tinha ficado sem qualquer apoio por parte das entidades durante aqueles dias todos.-----

----- Recordou que a Câmara tinha feito todos os esforços para a aquisição de testes, para trazer um Centro de testagem para o Concelho, mas a opinião da Delegada de Saúde era de que não era necessário para o Concelho.-----

----- Quanto à questão do Centro de Saúde, disse estar satisfeita que o Presidente da Junta



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Freguesia de Oliveira do Bairro Simão Vela tenha estado no Centro de Saúde e Ihe tenham dado essa informação, porque houve reunião do Centro de Crise e o Diretor de Centro de Saúde tinha sido convocado, como o era sempre, e não compareceu nem transmitiu essa preocupação.

----- Afirmou que assim que Ihe fosse possível iria questionar o Diretor do Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, porque a informação que tinha até à data era de que se criassem essas plataformas, incentivava ao ajuntamento de pessoas.-----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – reportando-se à questão colocada pelo Membro da Assembleia Acácio Oliveira, deu nota que estavam a decorrer contactos, entre a Senhora Juíz do Tribunal e o Presidente da Câmara no sentido de poder ser utilizado o edifício municipal, para as Sessões de Julgamento.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo membro da Assembleia Arsélio Canas, afirmou que o mesmo tinha razão, contudo também gostaria que a obra já estivesse a avançar, no entanto havia alguns constrangimentos, como tinha explicado, que se estavam a tentar ultrapassar, acreditando que brevemente iriam ter obra realizada.-----

----- Sobre os testes serológicos, disse que se a linha 24 ou a DGS tivesse respondido ao seu pedido, tinha evitado de fazer o teste serológico, tendo utilizado o recurso que tinha disponível.-----

----- No que diz respeito à intervenção do Membro da Assembleia Paulo Figueiredo, esclareceu que o Presidente da Câmara, nunca tinha dito que os Vereadores tinham ido a uma festa, apenas referiu que tinham ido a um bar, que deveria estar encerrado à hora que foi. Quanto à restante questão, esclareceu que todos os procedimentos foram acompanhados diariamente pelo ACES, e a intervenção apenas veio confirmar a sua ideia de outras Assembleias, de que o Membro em questão nada sabia do que dizia.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente à interpelação feita pelo Membro da Assembleia Arsélio Canas, disse que tinha



Oliveira do Bairro assembleia municipal

logo assumido essa sua falha, contudo também assumia os sucessos das comunicações, quando as fazia atempadamente, antecipando mesmo cenários e procurando a segurança e o bem estar de todos.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- No que respeita ao ponto **5 - ORDEM DO DIA**, deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos;-----

----- **5.1. – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal**, sendo dado o uso da palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que estava disponível para responder às questões que lhe fossem colocadas, relativas ao documento que foi previamente distribuído por todos, estando todos os assuntos explanados no mesmo, de forma clara.-----

----- Seguidamente foi solicitado aos Membros da Assembleia Municipal que desejassem intervir, que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra;-----

----- **LÍLIA MARIA SANTOS TAVARES** – referiu que os assuntos que iria falar já se arrastavam há alguns anos, sem que se vislumbrasse a solução para os mesmos, sendo mesmo falados nas Assembleias de Freguesia, quando o atual Presidente da Câmara Duarte Novo era na altura Presidente da Junta de Freguesia e que empurrava a solução para o Presidente da Câmara Mário João Oliveira.-----

----- Afirmou que decorridos quase três anos de mandato e agora como Presidente da Câmara, questionou;-----

----- para quando estava prevista a intervenção na zona envolvente da Urbanização Dr. Carlos Pereira no Passadouro.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- para quando a intervenção na zona envolvente à Fonte da Saúde na Póvoa do Forno;

----- para quando a passadeira entre a Escola de Artes e o polo escolar do Troviscal. -----

----- Afirmou que a cerca de dois meses se iria dar início a um novo ano letivo, questionou se nessa altura as crianças já teriam abrigos nas paragens dos autocarros.-----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça **MANUEL AUGUSTO SANTOS MARTINS** – disse que confirmava o que a vereadora Lília Ana Águas, tinha dito que se passava no Grupo de Crise e daquilo que as IPSS têm falado em todas as reuniões. Afirmou que nessas reuniões nunca tinha ouvido nenhuma IPSS dizer que não estava contente com a Câmara Municipal, pelos apoios que têm sido entregues. -----

----- Quanto à Segurança Social, referiu que nenhuma das IPSS diz a mesma coisa e na reunião do Grupo de Crise realizada na presente data, todas disseram que a Segurança Social, envia muitos relatórios para serem preenchidos, há um telefonema quase todos os dias, mas apoios reais nunca tinham recebido nada por parte da Segurança Social. -----

----- Dirigiu os parabéns ao Executivo Municipal pelos apoios que deu às IPSS, resultando talvez, nos poucos casos positivos no Concelho de Oliveira do Bairro. Afirmou que até à presente as IPSS têm feito um excelente trabalho e agora começavam os problemas nos bares, e todos deveriam olhar para essas situações porque acreditava que no final do verão o problema poderia estar bem pior. -----

----- Recordou que desde o seu primeiro mandato, que lutava por uma extensão de Saúde na Freguesia da Palhaça, em prol de um edifício da Junta de Freguesia novo, desejando que não acabasse o seu mandato antes da Extensão de Saúde estar pronta, sabendo que todos os procedimentos administrativos estavam realizados, mas só acreditava quando visse as máquinas no terreno. -----

----- Deu nota que tinha valido a pena a luta que a Palhaça teve ao longo dos anos, sendo agora possível a execução da extensão de Saúde da Palhaça que neste momento servia cerca



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de quatro mil utentes e com a nova extensão de Saúde, iria servir cerca de seis mil utentes. ----

----- Disse esperar que na próxima Atividade Municipal, possa vir explanado o aumento da zona industrial da Palhaça e outras infraestruturas. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** - dirigindo-se ao Vice-Presidente, referiu que relevava o “não sabe nada”, talvez porque esteja nervoso, ou por um lapso de língua. Disse que sentia vergonha alheia e também entendia que o Vice-Presidente tivesse vergonha de pedir desculpa, contudo como sentia vergonha alheia pedia desculpa a todos os funcionários do Município e a todas as pessoas envolvidas, por terem um Vice-Presidente que não tinha a coragem de pedir desculpa. -----

----- Reportando-se às informações da Atividade Municipal, disse que eram sempre deficitárias a nível informativo, incluindo a que estava em discussão, porque faltava muita coisa relativa à atividade municipal. -----

----- Disse que tinha tido conhecimento que tinha sido feita uma avaliação ao campo Dr. Santos Pato e gostaria de saber o valor e se a Câmara tencionava ou não adquirir referido campo.

----- Sobre os terrenos da feira de Bustos, questionou em que ponto é que estavam. -----

----- Relativamente ao edifício do CineBustos, disse que as negociações já estavam terminadas, questionando qual tinha sido o valor da aquisição e o que pensavam fazer ao edifício.

----- Reportando-se ao Palacete Visconde de Bustos, disse que não pretendia saber quem é que tinha culpa, pretendia apenas saber tecnicamente e juridicamente o que estava a impedir o término da doação. -----

----- Sobre os projetos das Unidades de Saúde Familiar, disse que havia para aí uns gabinetes de arquitetura, pretendia saber quais eram e os respetivos valores e custos desses projetos, porque tanto quanto sabia os projetos tinham vindo da Tutela e depois houve pequenas alterações. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que pretendia saber um esclarecimento sobre o processo contencioso relativo ao processo contratual com a LUSÀGUA, SA, quais as possíveis consequências penais para o Município. Solicitou que era de todo importante que também fossem dados esclarecimentos sobre outros processos de contencioso movidos contra o Município, nomeadamente sobre o Kartódromo de Oiã.-----

----- Relativamente à gestão de combustível, disse que tinha em sua posse um ofício assinado pelo Vice-Presidente da Câmara, datado de vinte e cinco de maio, cujo o assunto era gestão de combustível na rua Quinta dos Duartes de Oiã. Questionou se o auto de contraordenação levantado pela GNR ao proprietário de terreno, significava que estava tudo solucionado e que a limpeza dos terrenos estava ultrapassada, ou se a Câmara Municipal mandava executar o trabalho de limpeza desses terrenos e apresentava os custos aos proprietários.-----

----- Sobre a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, disse que era uma questão na ordem do dia e o abandono ou não da utilização de glifosato no controle das ervas daninhas, a União Europeia entendeu prolongar a utilização desse produto até ao ano de 2022. Referiu que na região ouvia-se autarcas que pesavam os prós e contras no caso do abandono desse químico. Questionou o Vice-Presidente até quando se iria assistir à aplicação desse produto químico no Concelho.-----

----- Relativamente às obras municipais, disse que o Município estava a requalificar largos de algumas igrejas e capelas, sabendo da existência de mais igrejas e capelas no Concelho, questionou se tinha sido feito algum levantamento de necessidades de obras nas que não estavam incluídas na atual requalificação.-----

----- Sobre a requalificação do edifício da antiga Cerâmica Rocha, recordou que na última Assembleia Municipal o presidente da Câmara, ou não sabia ou não quis falar sobre a finalidade da reabilitação desse edifício emblemático e com um historial tão importante para a industria



Oliveira do Bairro assembleia municipal

cerâmica no Concelho. Afirmou que já se sabia que estava previsto abrir no local um restaurante, questionando se na presente data já tinham condições para dar a conhecer a finalidade do edifício.- -----

----- No que diz respeito às vias de comunicação e obras de urbanização, disse que na rua Vale Portal do lugar do Silveiro, existia um problema com a rede de saneamento e a rede de águas pluviais e quando a chuva era mais intensa, as tampas de saneamento levantavam e saíam, com grande abundância, água e dejetos. Recordou que a situação já tinha vindo à Assembleia através da Bancada do UPOB, mas a situação continuava e um dos moradores estava disponível para reunir com o Presidente da Câmara para mostrar fotos e vídeos do que tem acontecido e caso o Executivo não estivesse disponível, informou que a situação iria ser apresentada à Delegada de Saúde e formalizada uma queixa, uma vez que se tratava de um problema da saúde pública. -----

----- Questionou para quando estava prevista a reabilitação do espaço junto aos CTT de Oliveira do Bairro, na rua Dr. ° Alberto Tavares de Castro, nomeadamente estacionamento, iluminação pública e a abertura da rua para o lado da rua Manuel Simões Barata. -----

----- Disse que gostaria que fosse feito o ponto de situação relativamente às Bicicletas de Oliveira do Bairro - BOB, uma vez que o regulamento para o uso das mesmas tinha há sido publicado em outubro do ano anterior e da última vez que as tinha visto, estavam recolhidas dentro do edifício dos Paços do Concelho. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA CANAS** – reportando-se ao documento e ao Estudo Paisagístico, adjudicado à empresa Aso Construções, Lda., uma empresa sediada em Sever do Vouga, à Reabilitação da Capela no Troviscal, com ajuste direto feito à firma Construções Mário & Santos, Lda., empresa sediada em Paredes do Bairro e à Reabilitação de arruamentos em Bustos, Troviscal e Mamarrosa, adjudicada à empresa Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A., empresa sediada na Mealhada, questionou quais os arruamentos da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Mamarrosa que estavam previstos nessa reabilitação e se não havia empresas de construção de obras públicas no Concelho de Oliveira do Bairro. Referiu que relativamente ao concurso realizado para a reabilitação de estradas, era referida uma empresa do Concelho com mais de cem funcionários e que perdeu o concurso por mil euros, sendo que numa altura em que a aposta era no que se produzia no Concelho, era cada vez mais exigido, no caso em concreto a Câmara Municipal não deu um bom exemplo.-----

----- Disse saber que tinha que se adjudicar à empresa que apresente o valor mais baixo, mas dar o dinheiro para empresas de fora do Concelho, empobrecia o Concelho.-----

----- **JOÃO MANUEL OLIVEIRA BASTOS** – reportando-se à intervenção do Membro Arsélio Canas disse que também gostava que o dinheiro ficasse no Concelho, mas todos sabem que isso não é possível porque havia tramites legais a cumprir.-----

----- Relativamente à Atividade Municipal de 14 de fevereiro e 28 de maio, no que diz respeito ao contencioso, apareciam quatro processos movidos por construtoras que exigiam o pagamento de prestação de serviços e execução de trabalhos celebrados verbalmente. Questionou quais tinham sido os trabalhos e se efetivamente tinham sido executados, quem os solicitou verbalmente, sem os devidos tramites legais e porque razão não foram pagos, estando-se a falar de um valor total próximo dos sessenta e sete mil euros.-----

----- Sobre a elaboração dos projetos de execução das obras de reabilitação do edifício da GNR, recordou que numa Assembleia Municipal anterior, alguém tinha insinuado que o atual Executivo iria ser mais um a prometer as obras e seria mais um a não as fazer. Afirmou que a presente adjudicação já era um pouco mais do que uma promessa e também pouco mais do que outros fizeram. Questionou se havia verba, ou alguma candidatura, ou algum apoio por parte do Governo previsto para a execução das obras, porque com certeza o Executivo não iria querer ficar só pelo projeto, até porque o estado do edifício em causa, não era digno para as autoridades que o ocupavam, contudo era um edifício relativamente recente. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Dirigiu os parabéns ao Executivo por ter aberto as portas virtuais dos Museus, dando a conhecer um pouco da história do Concelho, através da partilha de informação virtual, ficando a saber assim, que existia um hino da Bairrada, sugerindo que se propusesse a uma das Bandas do Concelho, que verificasse se era possível torná-lo numa realidade novamente e ser interpretado pelas mesmas.-----

----- Louvou também as diversas iniciativas levadas a cabo pela Biblioteca, pelo Parque Desportivo, ao nível virtual, principalmente na fase de confinamento, acreditando que sejam para continuar. Afirmou que as redes sociais do Município eram bem mais do que a promoção do CDS-PP, como era afirmado por algumas pessoas, e se isso incomodava assim tanto, era sinal que estava a ter efeito, pelo menos tinha alguns seguidores. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – recordou que numa Assembleia Municipal anterior, devido a uma postura aguerrida tida pela Vereadora Lília Ana Águas no âmbito da Educação, a tinha apelidado de “Furacão” e era disso mesmo que se precisava de um “Furacão”, na área da Saúde, devido à situação em que se vivia relativamente ao Covid-19. Solicitou que a mesma fosse exigente, que solicitasse testes, o reforço do corpo clínico, porque se aproximava o tempo de gozo de férias e a população estava preocupada.-----

----- Sugeriu que o projeto apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia Simão Vela fosse colocado em prática e que não se ficasse à espera, que se fosse à procura dos pareceres necessários, porque esse projeto, na sua opinião, cada vez mais fazia sentido.-----

----- Disse que tinham sido lançados uma série de projetos de apoio social, e focando-se no apoio ao arrendamento, disse que o formato dessa medida de apoio, tinha um formato à antiga com um prazo de apresentação de candidaturas, contudo a realidade das pessoas mudava quase semanalmente, devido à situação do Covid-19 e nesse sentido deveria estar-se preparado para poder acolher uma pessoa que numa semana estava bem financeiramente e não precisava do apoio, mas na semana seguinte já precisava do apoio. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Quanto ao campo de férias, disse que a medida também deveria ser repensada, porque pelo que a Vereadora tinha referido só tinha havido nove inscrições e na sua opinião isso acontecia não só por que as pessoas tinham receio de inscrever os seus filhos, mas sim o próprio desenho do campo de férias. Recordou que já tinha referido que era apologista que fossem as Juntas de Freguesia a fazerem esses campos de férias, acreditando que as pessoas ficavam mais descontraídas porque era feito localmente, evitando o agregar de miúdos de localidades diferentes aumentando o risco de contágio. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – reportando-se à medida de apoio social implementado relativamente ao apoio ao arrendamento, questionou se havia alguma medida díspar no âmbito do apoio social excecional, dentro da área ao apoio ao arrendamento, nomeadamente no apoio ao pagamento das prestações dos empréstimos à habitação. -----

----- Deu nota da existência de uma medida que permitia o Município apoiar a compra de medicamentos por parte das pessoas mais necessitadas. -----

----- Reportando-se ao outdoor localizado na entrada de Oliveira do Bairro, que o Município tinha optado por nunca mudar, relativamente à violência doméstica, apelando a que as pessoas denunciem a violência doméstica, disse que percebia a posição do Município de não alterar o mesmo, sendo uma parceria com a GNR, e era uma realidade que nos últimos dias tem vindo a aumentar, o que era uma preocupação. -----

----- Questionou a Vereadora, relativamente às medidas de apoio social extraordinário, nomeadamente no apoio social e psicológico, qual era o balanço que tem havido nesse âmbito.

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados se assim o entendesse. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – solicitou autorização para passar a palavra às Vereadoras de forma a que pudessem esclarecer as questões relativas aos seus pelouros; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Vereadora **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – relativamente aos abrigos, informou que se estava a finalizar o levantamento, dos abrigos existentes e da quantidade necessária para adquirir novos abrigos. -----

----- Afirmou que também há a preocupação da colocação dos mesmos, de forma a que o embarque e desembarque dos alunos seja feita de forma segura, para que nada aconteça. ----

----- Vereadora **LÍLIA MARIA SANTOS TAVARES** – afirmou que ao longo dos últimos meses tem sido “Furacão”, assim como as técnicas municipais que a acompanharam, por todo o trabalho que realizaram, com tantas dificuldades e constrangimentos com que se deparavam todos os dias. -----

----- Afirmou que grande parte dos técnicos municipais, tinham trabalhado mais em teletrabalho do que quando estão presencialmente no edifício da Câmara, porque não tinham horas de trabalho, não tinham noites, não tinham fins-de-semana. Afirmou ainda que a Dr.^a Clélia Nogueira da área da Ação Social, nunca tinha deixado de atender um telefonema das IPSS fosse a que horas fosse fazendo a ligação entre os laboratórios, outros técnicos municipais e tudo o que fosse necessário.-----

----- Referiu que o “Furacão” estava presente e estava a trabalhar nos bastidores.-----

----- No que diz respeito ao Campo de Férias, informou que houve vários Municípios que optaram por não o fazer, mas após ponderação o Município de Oliveira do Bairro, optou por fazê-lo e em dois locais, um nas instalações da escola Acácio Azevedo, onde estariam as crianças de Oliveira do Bairro e Oiã, o outro local era nas instalações da extensão Frei Gil, onde estariam as crianças do restante Concelho. -----

----- Afirmou que as Juntas de Freguesia nunca se tinham proposto a fazerem essa atividade e a verdade é que também a Câmara nunca solicitou esse apoio por parte das Juntas de Freguesia, tendo dúvidas que as Juntas tivessem condições para o fazer, nesta fase de pandemia, devido a todos os condicionalismos existentes. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Concordou que o programa do presente ano, era um programa modesto e não era o ideal, mas era o possível para os tempos que se vivia. Deu nota que se as Juntas de Freguesia entenderem que querem fazer parte do projeto, ainda estavam a tempo de fazer as alterações necessárias. -----

----- Relativamente aos prazos de entrega de candidaturas disse que se prendia com os prazos de todos os processos e que estavam inerentes aos procedimentos. -----

----- No que diz respeito aos programas de apoio excecionais que tinham sido referidos, informou que também nesse âmbito iria ser lançado o programa de apoio à cultura, no montante de vinte mil euros, sendo um apoio individual e não para coletividades. -----

----- Sobre as medidas de apoio excecional aos bens de primeira necessidade e de apoio ao arrendamento, referiu que as candidaturas tinham por base a quebra de rendimentos no âmbito da pandemia, e não tinham prazos para apresentação de candidaturas. -----

----- Esclareceu que a medida de apoio ao arrendamento, uma medida que já existia antes da pandemia e continua a existir, essa sim tem prazos para entrega das candidaturas. -----

----- Informou que as medidas de apoio excecional, que tinham um montante estimado de duzentos mil euros, sendo um valor estimado inicial e se houver pedidos que excedam esse valor, a Câmara estará disponível para rever o valor e apoiar mais. -----

----- Deu nota que tinha solicitado que fosse dado conhecimento à população, das medidas existentes através de distribuição de flyers. Apelou também aos Membros da Assembleia que transmitissem as medidas de apoio excecional que o Município tem para apoiar os seus munícipes. -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Lília Tavares, disse que efetivamente eram obras necessárias como tantas outras, mas tinha que se gerir prioridades e equilíbrios entre o Concelho. Afirmou que já tinham sido realizadas obras significativas no Troviscal, recordando que na rua Santos Pereira



Oliveira do Bairro assembleia municipal

iria ser feito um investimento bastante avultado, porque foi entendimento que era uma situação urgente que deveria ser tratada. -----

----- Acrescentou que todas as outras situações, serão tratadas no seu tempo devido, apesar de dizerem que o presente Executivo ir já no seu terceiro ano de mandato, contudo estiveram doze anos com o anterior Executivo e essas obras também não foram feitas, certamente também que havia outras prioridades na altura.-----

----- Sobre a extensão de Saúde na Palhaça confirmou que a obra estava já adjudicada e era quase um facto, aguardando apenas o visto do Tribunal de Contas para que a obra possa avançar, acreditando que ainda seja o atual Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Martins a inaugurar o edifício, sendo bem merecido. -----

----- Relativamente às restantes infraestruturas em falta, disse que era do conhecimento geral que se tem estado a investir forte na Freguesia da Palhaça, sendo uma preocupação da Câmara fazer da Freguesia da Palhaça uma Freguesia melhor.-----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Acácio Oliveira relativamente à LUSÁGUA, disse que a empresa tinha impugnado o concurso, um concurso que tinha ficado deserto, sendo uma situação estranha para quem estava de fora, mas para quem conhecia todo o processo, sabe que houve segundas intenções, no sentido de impugnando os concursos, poderiam antecipar o final da prestação do serviço.-----

----- Confirmou que a empresa estava a prestar o serviço, com um valor que trazia prejuízo para a empresa, fruto de uma opção que tinham feito há cinco anos atrás, e nesse sentido há muito tempo que a LUSÁGUA tentava abandonar a prestação do serviço, recorrendo a todos os esquemas possíveis para o fazer. -----

----- Referiu que a empresa ao impugnar o concurso, argumentou que estava livre para deixar de prestar o serviço e anunciou através dos meios de comunicação social que iria deixar de prestar o serviço no final de maio, contudo até à presente data o serviço continuava a ser



Oliveira do Bairro assembleia municipal

prestado pela empresa em questão.-----

----- Sobre a questão do kartódromo, referiu que se tratava de um processo antigo, e atualmente foi nomeada uma peritagem às benfeitorias do espaço, estando assim a seguir todos os passos, para a sua conclusão. Afirmou ser um processo bastante complexo com questões essencialmente judiciais, entendendo que se pretende uma solução rápida, mas não se pode prescindir do direito à indemnização só por uma questão de rapidez. -----

----- No que diz respeito à aplicação dos fitofarmacêuticos, disse ser um problema recorrente e infelizmente atual. Afirmou que o Município cumpria as regras legais, tendo sempre a preocupação ambiental.-----

----- Referiu que no dia anterior tinha recomendado à Eng.^a Florestal do Município que fizesse uma experiência com um outro produto, ambientalmente mais amigo, para se ver o efeito do mesmo. -----

----- No que diz respeito à gestão do combustível, referiu que a Câmara tinha dado o exemplo, naquilo que era o seu dever no cumprimento da limpeza de gestão de combustível, junto às zonas industriais e no momento, estava em preparação, mais um procedimento para limpeza de combustível em cerca de duzentos hectares de terreno, em situações que a Câmara se tem que substituir aos proprietários, sendo que a preocupação constante era a diminuição do perigo de incêndio no Concelho.-----

----- Concretamente à situação referida pelo Membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que eram às dezenas, porque havia muitos proprietários que eram notificados e não dão resposta, nem limpam os terrenos e nesses casos terá que se ir pela via mais difícil, burocraticamente complexa, mas era esse o caminho e estava a ser feito. -----

----- Sobre a questão reportada da rua do Vale Portal no Silveiro, recordou que já tinha sido referida por si e que a autonomia para a resolução do problema era da ADRA, restando ao Município pressionar a empresa para que proceda à regularização. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente à questão da requalificação da zona em frente aos CTT, disse que era uma PARU, estava o projeto em execução, tendo sido pedido uma alteração ao mesmo, devido a conversações com a Paróquia, estando a ser feito de forma pensada e adequada de forma a transformar aquela zona numa zona nobre da cidade. Acrescentou que a PARU contemplava toda a rua Tavares de Castro até ao largo da Igreja.-----

----- No que diz respeito às BOB, referiu que as mesmas já deveriam estar a funcionar, o regulamento já tinha sido aprovado há algum tempo, contudo tinha havido um problema técnico com os cartões de utilização, o problema foi ultrapassado, mas, entretanto, veio a pandemia e os meios humanos municipais, que já eram limitados, ficaram ainda mais escassos, não havendo por isso condições. -----

----- Sobre a intervenção do Membro da Assembleia Arsélio Canas, sobre a questão de adjudicação a empresas de fora do Concelho, disse que se tratava de regras de contratação pública, de transparência e de rigor. Referiu que havia uma plataforma, onde eram colocadas as peças do concurso, as empresas concorrem e ganha o concurso a empresa que apresentar um valor mais baixo, não tendo a Câmara legitimidade legal para beneficiar empresas do Concelho, não podendo ser fator de distorção de concorrência, porque já bastava aquilo de que têm vindo a ser acusados em tribunal.-----

----- Afirmou que as empresas do Concelho que pretendam trabalhar no Concelho teriam que fazer o melhor possível, por ganhar os concursos, tendo pena que uma grande empresa do Concelho tenha perdido o concurso por mil euros, podendo ter tido a preocupação de esmagar mais um pouco na margem, tendo em atenção que estava a trabalhar no Concelho. -----

----- Relativamente à intervenção do Membro da Assembleia João Bastos e aos processos de contencioso que estavam a decorrer por contratação de trabalhos verbalmente, disse que eram situações que decorriam de mandatos anteriores, de obras que foram realizadas sem os devidos procedimentos e aparentemente foram solicitadas verbalmente, estando os processos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no Ministério Público, para averiguações decorrendo depois os tramites legais.-----

----- Sobre o posto da GNR, disse ter assistido ao Senhor Secretário de Estado a afirmar que financiava, foi financiado o projeto que estava em execução e mal estivesse concluído, avançava-se para a obra que iria ser paga pelo Ministério da Administração Interna e por isso a curto prazo e sem grande custo para o Município, um quartel novo para a GNR. -----

----- Relativamente à intervenção do Membro da Assembleia Paulo Figueiredo relativamente aos terrenos do Cine Teatro em Bustos, informou já existia um estudo prévio realizado para aquela zona, aguardava-se o levantamento do espólio, por parte da família para se poder fazer o que se pretende no local.-----

----- Sobre a questão do Palacete Visconde de Bustos, recordou que se aguarda que o ABC de Bustos, entregue o registo de propriedade horizontal, situação que se fala há meses, mas o Município não podia fazer mais nada se não esperar que esses documentos sejam entregues. -

----- No que diz respeito à questão da vergonha, disse que ainda bem que o Membro da Assembleia Paulo Figueiredo tinha vergonha alheia porque se tivesse vergonha própria não dizia tanto disparate. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros para prestarem / darem esclarecimentos, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – referiu que não foi dado esclarecimento à questão relativa às reabilitações dos largos das capelas, se tinha havido o cuidado por parte do Executivo, de fazer um levantamento das capelas que não estavam contempladas na requalificação, mas que necessitavam de intervenção. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – dirigindo-se ao Vice-Presidente disse que era a segunda vez que lhe relevava a ofensa, mas obviamente não iria haver uma terceira.

----- Dirigiu os parabéns ao Vice-Presidente da Câmara, pela forma como prestou os



Oliveira do Bairro assembleia municipal

esclarecimentos relativos ao ponto.-----

----- Recordou que a questão da avaliação do campo Dr. Santos Pato, não tinha sido esclarecida, assim como a questão dos projetos das USF. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – recordou que tinha questionado quais eram os arruamentos da Mamarrosa que iriam estar contemplados na reabilitação dos arruamentos de Bustos, Troviscal, Mamarrosa e Oiã, constantes na Atividade Municipal. -----

----- Referiu que a legitimidade da Câmara para pedir às empresas do Concelho para financiarem a aquisição de EPIS e termómetros para as IPSS do Concelho, depois ficava curto.

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara, para responder às questões suscitadas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – no que diz respeito à reabilitação das capelas, disse que não era necessário que a Câmara fizesse esse levantamento, porque as próprias pessoas vêm junto da Câmara dar essas informações. Informou que para além das que estavam contempladas na Atividade Municipal, havia mais algumas situações que estavam pedidas, mas iriam ser executadas numa outra fase. -----

----- Relativamente à questão da Unidade de Saúde Familiar da União de Freguesias, deu nota que o projeto estava feito, mas houve a necessidade de se proceder a um estudo geológico que será feito e depois seria feita a adjudicação da obra. -----

----- No que diz respeito ao campo Dr. Santos Pato, disse que a Câmara Municipal não comprava vontades, contudo compraria os imóveis que fossem necessários ao Município de acordo com um preço justo. Afirmou que a Câmara estava sempre disponível para negociar com os proprietários e a adquirir os bens imóveis, dentro do limite do razoável, porque o dinheiro público tinha que ser bem gerido. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Sobre a questão dos arruamentos da Mamarrosa contemplados, disse que não tinha o pelouro das obras públicas, podendo depois fazer chegar a resposta por escrito.-----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Paulo Figueiredo, disse que para chegar ao nível ainda lhe faltava pedalar muito. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Paulo Figueiredo, para um esclarecimento;

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – questionou o Presidente da Mesa se por acaso estava a dirigir os trabalhos, porque tinha recebido três ofensas por parte do Executivo e nem um reparo tinha sido feito ao Executivo.-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que se estavam a aproximar da meia noite e dando cumprimento ao Regimento da Assembleia Municipal, questionou os presentes se entendiam que até há uma da manhã, acabariam os restantes pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra aos Líderes de Bancada; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que no seu entendimento era exequível que se concluísse a Ordem de Trabalhos até há uma hora da manhã.

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – afirmou que na sua opinião e por muito que lhe custasse, não era exequível e não acreditava que todos os pontos fossem discutidos numa hora, devido à relevância dos mesmos. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que não era possível discutir cinco pontos numa hora. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – sugeriu à Mesa que antes de interromper os trabalhos, pudesse ser analisado o ponto da reversão de competências, porque era de interesse municipal que fossem esclarecidas algumas questões e que o assunto não fosse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deixado para segunda-feira, porque tinha alguns pedidos de esclarecimento à Mesa sobre esse ponto.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que isso iria significar uma alteração à Ordem de Trabalhos.-----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que os assuntos deveriam ser discutidos, na sua altura devida, porque se teria que saltar um ponto da Ordem de Trabalhos, para agora poder ser discutida a questão da reversão de competências o que não fazia qualquer sentido.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – disse que era entendimento da Mesa que se respeitasse a Ordem de Trabalhos e o Regimento e uma vez que foi entendimento da maioria dos Membros presentes que se interrompesse os trabalhos, deu por encerrados os trabalhos sendo os mesmos retomados no dia vinte e nove de junho para a conclusão da Ordem de Trabalhos.-----

----- Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente Sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de junho de dois mil e vinte foram interrompidos, sendo novamente reatados no dia vinte e nove de junho, de acordo com o previamente definido na Convocatória da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de junho.-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo de Oliveira do Bairro, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de junho, convocada para o dia vinte e seis de junho do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e inicialmente secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS**.-----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal, José António Neves Carvalheira, António Pedro Mendes da Silva Campos, Luís Filipe Ferreira de Carvalho, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Miguel da Silva Oliveira, Acílio Dias Vaz e Gala, Cidalina Vieira Samagaio Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Oiã Victor Manuel Bastos de Oliveira e o Presidente de Junta da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa Acílio dos Santos Ferreira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Gonçalo Roque Batista, João Manuel Oliveira Nunes Bastos, Lúcia Machado, Jennifer Julita Cuoco, Diogo Azenhas Mota, Marco Alexandre da Silva Alves, Licínia Caldeira e Fernanda



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Duarte. - -----

----- Informou ainda que os Membros da Assembleia Patrícia Sofia de Louro Lemos e Lília Maria dos Santos Tavares, tinham dado nota à Mesa que chegariam um pouco mais tarde. ----

----- Perante a ausência do Secretário da Mesa da Assembleia Luís Carvalho e de forma a completar a Mesa para retomar os trabalhos convidou para completar a Mesa da Assembleia Municipal o Membro João Manuel Oliveira Nunes Bastos, que tomou a posição de 2.º Secretário da Mesa.-----

----- Estando a Mesa completa foram retomados os trabalhos e deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.2 – Análise e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2020**, dando o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto; --

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – recordou que o tema tinha sido introduzido na reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, quando tinha sido levantada a questão pelo Membro da Assembleia Carlos Ferreira, que tinha quantificado a variação de custos com o pessoal.-----

----- Reiterou que a variação de custos com o pessoal tinha a ver com a incorporação de mais colaboradores no Município, com ajustamentos no quadro de pessoal e de mais um cargo relacionado com a Proteção Civil.-----

----- Disse tratar-se de um aspeto meramente legal, para que seja possível ao Município, ajustar, contratar e lançar alguns concursos.-----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir, que procedessem às suas inscrições, tendo-lhes sido dado o uso da palavra;-----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse que após a análise do documento, ficava cada vez mais convencido que o atual Executivo tinha propensão para a organização administrativa, contudo e mais uma vez, nada era referido sobre o impacto financeiro no atual e nos futuros orçamentos, referindo apenas que estava de acordo com as dotações



Oliveira do Bairro assembleia municipal

previstas. -----

----- Afirmou que concordava que o Mapa de Pessoal assumisse um carácter dinâmico, mediante a possibilidade de alteração, sempre que seja necessário, de forma a dar resposta célere e eficaz aos problemas com que o Município se confrontava diariamente e ainda às solicitações e expetativas dos munícipes.-----

----- Questionou qual o custo para o Município, do coordenador de Proteção Civil e se a comissão de serviço era interna, dos quadros pertencentes à Câmara Municipal ou se era um quadro externo, recrutado de outra entidade pública, o que iria aumentar a despesa com o pessoal da autarquia. -----

----- Relativamente ao Assistente Técnico de Topografia e os dois Assistentes Operacionais dos Serviços de Obras, questionou se vinham reforçar o Quadro de Pessoal ou se vinham compensar as saídas de Técnicos Superiores que se tem verificado. -----

----- Questionou também se as entradas de pessoal previstas, iriam melhorar as solicitações e expectativas dos munícipes, nomeadamente na redução de tempos de resposta aos projetos apresentados no sector de obras. -----

----- Referiu que atualmente, com uma maior necessidade que num passado recente, devido ao momento pandémico vivido, o UPOB manifestava a necessidade de se agilizar os processos por forma a que as respostas dadas aos cidadãos, sejam assertivas, mas céleres. -----

----- Deu nota que no Quadro de Pessoal estavam inscritos cinco Técnicos Superiores para as AEC's e atendendo a que as mesmas foram entregues a uma empresa, questionou quais as funções efetivas que os mesmos exerciam. -----

----- Afirmou que o UPOB admitia que o Quadro de Pessoal apresentado, estava de acordo com a gestão e os objetivos propostos pelo atual Executivo, que o número de funcionários, a sua especialização e a sua afetação aos serviços estavam de acordo com as diretrizes e assim desejavam que com o presente Quadro de Pessoal, as respostas dos serviços, prestadas aos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

cidadãos e às empresas, as limpezas das instalações bem como o acompanhamento e as respostas ao meio escolar e social, sejam eficientes porque afinal o Quadro de Pessoal existia essencialmente para responder às necessidades de expectativas dos munícipes.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que relativamente à criação de postos de trabalhos propostas, a Bancada do PSD nada tinha a opor e nesse sentido iria votar favoravelmente.-----

----- Contudo disse que pretendia reforçar o apelo. Já realizado em anteriores Assembleias Municipais para a melhoria do documento apresentado, quer a nível qualitativo e quantitativo sobre a informação do Mapa, nomeadamente a questão dos lugares ocupados, cativos, entre outros, com gráficos, à semelhança de outros documentos apresentados em Assembleia, que têm vindo a ser melhorados. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu as sugestões do Membro da Assembleia Carlos Ferreira, achando pertinentes as sugestões apresentadas. -----

----- Relativamente às questões do Membro da Assembleia Paulo Barata, no que diz respeito aos Técnicos Superiores das AEC's, esclareceu que os lugares estavam abertos, podendo vir a ser preenchidos, caso existisse a necessidade e se por algum motivo o Município alterasse a postura que tem tido até ao momento sobre a matéria, podia-o fazer sem qualquer problema. --

----- Sobre as alterações e definições do Quadro de Pessoal de Assistentes Operacionais para a área da manutenção das obras, esclareceu que se tratava de um ajustamento, uma reestruturação da forma de responder por parte do Município, que tem necessidade de fazer pequenas obras e o pessoal estava mais afeto à manutenção e jardins. Acrescentou que o reajustamento, permitia fazer pequenas intervenções noutros locais, porque até ao momento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estavam cingidos aos edifícios da Câmara e não conseguiam dar resposta a tudo. -----

----- Relativamente aos serviços de topografia, disse que para além da exigência, era também uma necessidade, havendo necessidade de um porta miras, no sentido de ajudar o topógrafo, porque apesar da modernização e do investimento efetuado em equipamentos, necessitavam sempre de uma pessoa com alguma capacidade. Deu nota que tem sido um Assistente Operacional a desenvolver essa tarefa, mas o topógrafo não era bem auxiliado, não pela pessoa em causa, mas pelo desconhecimento académico na área. -----

----- Falha na gravação. Não se ouviram todas as respostas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota da chegada aos trabalhos do Membro da Assembleia Lília Tavares. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi colocado o presente ponto da Ordem de Trabalhos a votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.2 – Análise e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2020**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 24 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos

----- **5.3 – Análise e Votação dos Acordos de Reversão das Transferências de Recursos para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:** -----

----- **5.3.1 – Da Freguesia de Oiã para o Município de Oliveira do Bairro;** -----

----- **5.3.2 - Da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município de Oliveira do Bairro;**

----- **5.3.3 - Da Freguesia da Palhaça para o Município de Oliveira do Bairro;**-----

----- **5.3.4 - Da Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para o Município de Oliveira do Bairro.**-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que de forma a agilizar os trabalhos, se faria uma discussão geral dos subpontos da Ordem de Trabalhos e após a discussão, se passaria à votação de cada um deles, individualmente. -----

----- Deu o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a apresentação do ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – deu nota que iria fazer a apresentação dos dois pontos, 5.3. e 5.4. porque entendia que os mesmos estavam interligados e tinha sido essa a forma de análise em reunião de Câmara. -----

----- Afirmou que era uma situação nova para todos, no sentido da sua regulamentação e na forma de tratamento, não obstante de tudo isso, já o Município de Oliveira do Bairro tinha a tradição dos Acordos de Execução com as Freguesias. Recordou que no início do mandato tinham sido aprovados vários Acordos de Execução com cada uma das Freguesias do Concelho.

----- Deu nota que após alguns esclarecimentos que se tinham tornado necessários, o Município e as Freguesias tinham chegado a um acordo sobre as competências que as Freguesias estariam preparadas para exercer, ou aquelas que poderiam exercer por questões meramente legais e outras por apoios contratualizados, com equipamentos municipais.-----

----- Referiu que também tinham chegado a acordo relativamente às verbas a transferir, sobre as competências que as Freguesias entenderam, poder exercer já no ano de 2021. -----

----- Fez referência à ata que acompanhava a documentação enviada, onde poderiam verificar todas as diligências que foram tidas sobre os dois pontos em análise.-----

----- Deu nota que na passada sexta feira, tinham surgido algumas questões e dúvidas, relativamente a uma das alíneas de reversão de competências, nomeadamente no que diz respeito à alínea que se referia às feiras e mercados, na sua plenitude e generalidade. Informou que essas questões tinham sido levantadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e pelo Presidente da Assembleia de Freguesia da Palhaça, apesar de ter sido aprovado em reunião do Executivo da Freguesia a reversão, conforme se poderia verificar através de ata enviada, contudo analisado o documento em Assembleia de Freguesia, suscitaram dúvidas, que os dois Presidentes referidos, vieram esclarecer junto dos serviços do Município. -----

----- Disse que, não obstante os serviços do Município terem já manifestado a sua opinião, logo no início da elaboração do documento, os mesmos voltaram a esclarecer e esse esclarecimento estava fundamentado na CCDR-C. Referiu que a Dr.^a Andreia Pereira, tinha elaborado a documentação e que reiterava sobre a interpretação da questão das feiras e dos mercados e da sua gestão. Afirmou que era entendimento que não se poderia reverter algo que nunca tinha sido do Município e era algo que estava implícito na legislação e por aí estaria automaticamente esclarecido. -----

----- Afirmou ainda que as dúvidas suscitadas na Assembleia de Freguesia da Palhaça estavam completamente esclarecidas, contudo a Dr.^a Andreia Pereira teve o cuidado de falar com a Dr.^a Elisabete Frutuoso e mesmo assim, informou que na presente data o próprio tinha ligado para a CCDR-C e tinha falado com a Dr.^a Castanheira Neves e com a Dr.^a Elisabete Frutuoso de forma a esclarecer a dúvida e sobre a interpretação que existiria, de uma competência voltar para o Município e se as feiras que nunca tinham sido de gestão do Município, se reverteriam, tendo sido bem claro que não podia reverter algo, que nunca tinha sido do Município. -----

----- Disse que estava ao dispor para esclarecer qualquer questão que entendessem por pertinente. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Nuno Barata, para apresentar um protesto e um pedido de esclarecimento à Mesa; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – no que diz respeito ao protesto, recordou que na passada reunião da presente Sessão da Assembleia, antes do final da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mesma, o Presidente da Mesa recusou-se dar-lhe o uso da palavra, para um pedido de esclarecimento que pretendia colocar à Mesa. -----

----- Referiu que tal recusa, desrespeitava o Regimento da Assembleia e nesse sentido o Presidente da Mesa deveria ter-lhe concedido a palavra para apresentar o seu pedido de esclarecimento e depois de colocada a questão à Mesa poderia constatar se o seu pedido de esclarecimento estaria ou não enquadrado regimentalmente. -----

----- Afirmou que era direito de qualquer Membro da Assembleia, em qualquer altura, interpelar a Mesa e o Presidente e era também obrigação Regimental do Presidente ouvir o pedido e depois decidir sobre o mesmo.-----

----- Referiu que o Presidente da Mesa, na sua opinião deveria ter em atenção o Regimento e não o que diz, *ipsis verbis*, o Líder de Bancada do CDS, tanto mais que o seu pedido de esclarecimento à Mesa, tinha como única intenção, ajudar o bom andamento dos trabalhos da presente reunião e porque o Presidente da Mesa não lhe tinha dado a palavra, tinha sido uma oportunidade perdida.-----

----- Relativamente ao pedido de esclarecimento disse que como já tinham percebido, a Assembleia de Freguesia da Palhaça, no âmbito das suas competências tinha deliberado por unanimidade a rejeição da reversão de competências.-----

----- Afirmou que no seu entendimento, tal configuração, configura uma alteração dos pressupostos que regeram o acordo celebrado entre os Presidentes de Junta e o Presidente do Executivo Municipal, o que poderia sustentar uma eventual alteração da posição por parte dos Presidente de Junta, facto que na opinião do PSD importava ver esclarecida. -----

----- Questionou à Mesa se não seria relevante que depois da apresentação do ponto, por parte do Presidente da Câmara e antes do debate alínea a alínea, em cada uma delas, fosse primeiro dada a palavra, em primeira instância, ao Presidente da respetiva Freguesia no sentido de clarificarem o detalhe que referiu, que poderá ser um detalhe importante, no sentido de todos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

os presentes perceberem se cada um deles considerava que a alteração de pressupostos, tinha ou não efeito, sobre a posição que tinham tomado, de forma colegial com o Executivo Municipal.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – disse que acolhia o protesto, e esclareceu que na altura não tinha compreendido o que era pretendido pelo Membro da Assembleia Nuno Barata, até porque estavam a discutir o tempo para a finalização da Sessão, devido ao aproximar da meia noite, e tinha percebido que era pretendido discutir o presente ponto, antes do anterior, e nesse sentido não tinha aceite o pedido. -----

----- Sobre a solicitação feita, no sentido de se dar o uso da palavra aos Presidentes de Junta antes de cada subponto, solicitou que os Líderes de Bancada se reunissem consigo, interrompendo assim os trabalhos por cinco minutos. -----

----- Passados que foram os cinco minutos, foram reatados os trabalhos, tendo o Presidente da Mesa, informado que se fosse intenção dos Presidentes de Junta ou seus representantes, intervir, os mesmos teriam precedência nas suas intervenções, solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado de seguida o uso da palavra aos mesmos; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça **MANUEL AUGUSTO DOS SANTOS MARTINS** – disse que para si, este era o assunto mais delicado dos seus dezoito anos ao serviço da Junta de Freguesia da Palhaça. -----

----- Recordou que a Feira da Palhaça tinha comemorado trezentos e cinco anos, no presente ano, uma data histórica e era uma Feira da Freguesia da Palhaça, como já tinha sido dito, mas tudo o que estava escrito e tudo o que tinha sido dito, na sua opinião não sabia se a reversão de competências, era tão linear como estavam a fazer parecer. -----

----- Afirmou que iria contradizer o que tinha dito no início do processo, porque no Executivo da Junta de Freguesia, tinham aprovado por unanimidade a reversão de competências, mas em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia de Freguesia foi aprovada a não reversão por unanimidade, o que o fez pensar qual a razão para esse sentido de voto.-----

----- Deu nota que, após ter surgido a dúvida, agendou de imediato uma reunião com o Presidente da Câmara, na segunda-feira da parte da manhã, tendo também estado presente nessa reunião o Presidente da Assembleia de Freguesia da Palhaça e a Dr.^a Andreia Pereira, onde foram analisadas as dúvidas.-----

----- Informou que durante a tarde desse mesmo dia, receberam uma resposta por parte da Técnica do Município Dr.^a Andreia Pereira, via mail, a dizer que tinha sido feito o contacto telefónico com a CCDR-C, no sentido de esclarecer a dúvida, tendo sido informada pela CCDR-C, que apenas haveria transferência de competências para as Freguesias, relativamente às feiras, quando as mesmas eram do Município e só nesse caso poderia haver reversão, assim, pertencendo a Feira da Palhaça à Freguesia da Palhaça e não tendo sido transferida a competência, também não poderia haver reversão da competência, informou ainda a jurista que do ponto de vista legal a existência da alínea, referente a feiras, não produzia efeitos por falta de objeto, não inquinando todavia o acordo de legalidade.-----

----- Disse que depois de analisada a situação, agradecendo à Dr.^a Andreia Pereira a sua dedicação sobre o assunto, mas na Freguesia da Palhaça também havia pessoas com conhecimentos de direito, que tinham estado a analisar a documentação, consultado juristas e o entendimento era completamente diferente. Afirmou que, se a alínea não tinha efeitos, não deveria constar no documento e nada dizia que no dia doze de julho podia passar recibos aos feirantes, porque como estava o documento a Feira revertia para a Câmara Municipal e só não passava se a Câmara Municipal, nos doze dias que faltavam, fossem realizadas, uma reunião de Câmara, uma Assembleia Municipal, uma reunião do Executivo de Freguesia e uma Assembleia de Freguesia, a dizer que a alínea era alterável e não tinha efeitos para a Freguesia da Palhaça.

----- Recordou que no Acordo de Execução realizado no ano de 2018, também constava uma alínea que referia que passava para as Freguesias e gestão e assegurar a manutenção



Oliveira do Bairro assembleia municipal

corrente de feiras e mercados, e na altura se a Feira já era da Freguesia, também evitava de ter vindo no Acordo de Execução. -----

----- Afirmou que se poderia estar a correr um risco gravíssimo e faltando-lhe pouco mais de um ano para terminar mais um mandato como Presidente de Junta de Freguesia, não pretendia deixar um ónus para a Freguesia da Palhaça por irresponsabilidade de não saber gerir a Feira da Palhaça. -----

----- Sugeriu que todos refletissem sobre o assunto e se houver entendimento por parte da Câmara Municipal, fazer o necessário para alterar a situação, nos próximos quinze dias, como atrás tinha referido, talvez a situação se altere, caso contrário mantinha a sua posição mantinha-se contra a reversão de competências. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – fez um enquadramento do ponto, querendo dessa forma elucidar o público presente do novo paradigma para o ano de 2021. -----

----- Fez referência ao Acordo de Execução realizado, e que era apanágio há alguns anos, onde constavam algumas competências que as Juntas de Freguesia nunca exerceram, nomeadamente a manutenção, pequenas reparações nos edifícios dos Pólos Escolares correspondentes e seus espaços envolventes. Deu nota que a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro também nunca tinha exercido a gestão e manutenção do mercado existente na Freguesia de Oliveira do Bairro, sendo de gestão e manutenção da Câmara Municipal. -----

----- Referiu que foram realizadas várias reuniões entre a Câmara Municipal e as Freguesias, no sentido de ficarem definidas quais as competências elencadas na Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, que passariam para a competência das Freguesias e aquelas que o Município pretendia manter para si, alegando o interesse Municipal, tendo assim chegado ao ponto sobre o qual se estava a discutir. -----

----- Afirmou que o ponto em discussão era de extrema importância e que se atrevia a dizer,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

um documento histórico, porque acreditava que as Juntas de Freguesia que assumissem grande parte ou em todo as competências, iriam ser as Freguesias do futuro e que iriam estar mais próximas e quem sabe também poderia ser uma forma de conseguir obter receita para as mesmas, coisa sempre difícil de obter, para aplicar em investimentos e a população tinha tudo a ganhar com isso. -----

----- Disse que concordava com a opinião do Presidente da Câmara, que referiu que a manutenção e reparação dos Pólos Escolares, seria um pouco pesado para uma estrutura de Junta de Freguesia, mas retirando essa competência, todas as outras competências poderiam ser assumidas pela Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. Acrescentou que tinha sempre esse o princípio que tinha norteado a visão do seu Executivo e tinha deixado sempre bastante claro ao Presidente da Câmara. -----

----- Relativamente à gestão e manutenção do mercado municipal, que inicialmente a Freguesia pretendia assumir, após análise e ponderação chegaram à conclusão que não seria o momento adequado para o fazer, dado que o Município se tinha candidatado a uma verba comunitária que permitia obter cem mil euros, para benfeitorias do espaço e essa passagem de competências poderia colocar em causa esse financiamento, e assim, a Freguesia não aceitou essa competência, revertendo-a para o Município, tendo havido o compromisso por parte do Presidente da Câmara, que logo que o prazo legal, desse financiamento, permita a transição para a Junta e Freguesia, se reverteria novamente a competência para a Junta de Freguesia. -----

----- Acrescentou que relativamente a todas as outras competências de controlo prévio, tinha sido acordado pelo Presidente da Câmara, que assim que os serviços técnicos reunissem toda a documentação, iriam entregar a mesma à Junta de Freguesia, assinando nessa altura o novo auto de reversão de competências, passando assim essas competências para a Freguesia. -----

----- Afirmou que a proposta que tinha levado ao Executivo de Freguesia e apresentada em Assembleia de Freguesia, foi aprovado por unanimidade, tendo em conta os dois pressupostos,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

por si elencados, referente ao Mercado Municipal e dar tempo aos serviços técnicos do Município para que reunissem toda a documentação para que fosse entregue na Junta de Freguesia. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – começou por dizer que o novo quadro legal de transferência de competências, para as autarquias locais preconizava uma reforma administrativa histórica, para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. -----

----- Referiu que o novo quadro legal iria permitir ao Município de Oliveira do Bairro a implementação de um novo modelo de governação do território, com várias opções, possibilitando uma nova geração de competências para as Juntas de Freguesia e dessa forma a possibilidade de criação e uma nova dinâmica das Freguesias, com claros benefícios para as pessoas, quer pela proximidade quer pela celeridade na execução. -----

----- Afirmou que o novo quadro legal, era um instrumento fundamental no processo de descentralização e modernização da gestão do Município, para uma gestão mais inteligente, sustentável e inclusiva, pressupondo que algumas das competências e recursos atribuídos aos Municípios, fossem delegados nas Juntas de Freguesia, para a concretização de intervenções necessárias, com maior racionalidade, eficácia, mas também com mais conhecimento de causa, mais participação e mais proximidade aos fregueses. -----

----- Deu o exemplo de um licenciamento de publicidade, em que com o novo quadro legal o interessado apenas se tinha que dirigir à Junta de Freguesia que como está mais próxima, teria o conhecimento de causa do requerido e quase que no momento poderá ser licenciado o pedido, pagas as taxas e o valor arrecadado pela Junta de Freguesia poderia ser utilizado para financiar um projeto de dinamização do comércio local. -----

----- Disse ainda que o novo quadro legal, possibilitava um reforço de descentralização entre as autarquias locais, proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o Município de Oliveira do Bairro e as quatro Freguesias do Concelho e nesse sentido estava-se perante uma decisão histórica, uma oportunidade única para alavancar o esforço, a dedicação e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

o trabalho meritório das Juntas de Freguesia. -----

----- Informou que o PSD não se revia na visão política daqueles que defendiam, o que estava descrito no antepenúltimo parágrafo da ata de 4 de junho, referente à reunião entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, onde era referido, e passou a citar “...o *Município exerce bem estas funções, não vendo conveniência na sua assunção...*”, fim de citação. Referiu que essa era uma visão pequena sobre o papel de uma Junta de Freguesia e o PSD defendia que as Juntas de Freguesia, podiam e deviam ser muito mais do que limpar valetas, manutenção de espaços verdes e substituir o mobiliário urbano. -----

----- Afirmou que em Portugal já existiam Freguesias, que tinham assumido essas e outras competências que não constavam do Decreto-Lei e tinham um papel importante na dinamização local das suas Freguesias. -----

----- Reconheceu e enalteceu a audácia e a ousadia política do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, de todos os autarcas das Assembleias de Freguesia de Oliveira do Bairro e da Palhaça, porque quando confrontados com a nova realidade de poder alterar o paradigma das Juntas de Freguesia, assumiram de forma clara e inequívoca, por unanimidade a vontade de manter e até alargar o âmbito das competências.-----

----- Referiu que a posição da Junta de Freguesia de Oiã e da União de Freguesias, as duas maiores Freguesias do Município, ambas lideradas pelo CDS, tinham optado por um caminho diferente, no sentido de manter tudo na mesma. Disse que até compreendia essa posição, porque desde o início tinham assumido estar submissos à visão política do Presidente da Câmara e do CDS, optando assim por uma governação das freguesias, desgovernada, desarticulada com a realidade e em autogestão. -----

----- Disse ainda que a posição do partido e de todos os autarcas de freguesia da Bancada do PSD, era de votar contra a reversão para o Município, das competências conferidas por Lei, porque entendiam não existir qualquer impedimento de ordem humana ou técnica para o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

fazerem. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse concordar com o que tinha sido referido anteriormente, no que diz respeito à importância e a ser um momento histórico, que os documentos em discussão, tinham para o Município e para a gestão do poder autárquico no Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse também concordar com o Presidente da Câmara, quando diz que o ponto 5.3. que definia as competências estava interligado com o ponto 5.4., que tinha a ver com os recursos, não fazendo por isso sentido analisar os pontos de forma separada. -----

----- Relativamente ao que foi referido pelo Membro da Assembleia Carlos Ferreira, quando falou em delegação e competências, disse que não concordava, porque no seu entendimento não havia delegação de competências, mas sim uma transferência de competências, ou seja, as competências que eram do Município passavam para a competência das Juntas de Freguesia. Acrescentou que o Município não estava a delegar nada, mas sim a transferir as competências para as Juntas de Freguesia e depois iria negociar com as Juntas de Freguesia os recursos financeiros, que passarão a vir diretamente para as Juntas de Freguesia. -----

----- Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, disse que tinha uma certa dúvida naquilo que tinha referido, relativamente ao mercado municipal, porque em nenhum lado se falava na reversão da reversão, ou seja, a transferência era feita e se não o fosse, não sabia se depois se poderia reverter essa situação, contudo não era jurista. Afirmou que da análise que tinha feito à Lei, tinha verificado que os recursos poderiam ser ajustados todos os anos, mas não no ponto de vista de competências. -----

----- Disse ser entendimento do UPOB, que o processo que tinha sido criado de transferência de competências, seja do Estado Central para as Autarquias, seja das Autarquias para as Freguesias, no Município de Oliveira do Bairro tem sido uma oportunidade perdida, porque tem havido muita inércia e oposição à transferência de competências, em vez de se ver as vantagens,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

porque de facto havia muitas vantagens que se deveriam aproveitar. -----

----- Afirmou que, para além de uma oportunidade perdida, também tem sido uma grande trapalhada e o que se estava a analisar na presente data, era consequência dessa trapalhada, porque a Lei referia que o Município podia deliberar até trinta de setembro do ano de 2019, de quais as competências a transferir para as Juntas de Freguesia e assim não seria necessário recorrer à reversão.-----

----- Referiu que na sua opinião o acordo estava mal redigido, nomeadamente no seu primeiro ponto que diz respeito à gestão e manutenção corrente de feiras e mercados. -----

----- Recordou que o Presidente da Câmara tinha dito, que não se podia reverter algo que nunca tinha sido do Município, mas a verdade era que em todos os acordos de delegação de competências a Câmara no passado sempre colocou, "*transferir para as Juntas de Freguesia a gestão e manutenção corrente de feiras e mercados*", e agora estava a retirar. -----

----- Afirmou que daquilo que tinha percebido, o Presidente da Câmara não tinha nenhum parecer da CCDR-C, que colocasse a questão preto no branco, o que tinha era aparentemente uma consulta telefónica em que foi dito que não se aplicava a situação da reversão da gestão e manutenção de feiras e mercados. Reiterou que por aquilo que estava escrito tinha muitas dúvidas. -----

----- Referiu que não havia nenhuma ilegalidade se for aprovado, porque a ilegalidade só ocorria, quando as Juntas de Freguesia fizessem a gestão e manutenção corrente das feiras, sem que tenham essa competência, mas também no seu entendimento isso se aplicava de igual forma à Junta de Freguesia da União de Freguesias que tem uma feira e também se aplicava ao mercado de Oiã.-----

----- Relativamente a Oliveira do Bairro, disse ter gostado de ver a posição do Presidente da Junta de Freguesia, de querer assumir as competências, e na sua opinião a questão do mercado municipal, do qual se tem vindo a assistir ao seu definhamento ao longo dos anos, a Junta de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Freguesia poderia dar novo impulso ao mercado e poderia também ser uma fonte de receita para a Junta de Freguesia. -----

----- Deu nota que da leitura que fez da ata, da reunião que tinha havido entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, o mercado municipal não poderia passar já para a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, devido às candidaturas que a Câmara tinha feito para o local e à primeira vista, a situação não lhe tinha parecido muito diferente da Palhaça, porque as obras também foram realizadas através de fundos comunitários, o espaço continuava a ser do Município, mas a gestão era feita pela Junta de Freguesia da Palhaça e nesse sentido afirmou que se para a Palhaça se tinha arranjado uma solução, para Oliveira do Bairro também se deveria arranjar uma solução. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigiu um cumprimento especial aos Presidente de Junta de Oliveira do Bairro e da Palhaça, pelo elevado serviço que tinham prestado ao presente órgão, com as explicações que deram durante as suas intervenções, que para si foram determinantes e importantes, para o assunto que estava em discussão. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa e ao Presidente do Executivo Municipal, disse que parecendo-lhe correto o procedimento de consulta, por parte do Presidente do Executivo aos Presidentes de Junta, no sentido de encontrarem uma solução negociada, mas depois disso estava agora a deliberar-se sobre a reversão de competências transferidas para as Freguesias e como era do conhecimento público, a Assembleia de Freguesia da Palhaça tinha votado por unanimidade a rejeição da reversão. -----

----- Afirmou que todos também já se tinham apercebido que iam votar uma minuta de Acordo de Reversão, que tinha sido aprovada em reunião de Câmara e que se aplicava de igual forma a todas as Freguesias, não refletindo a realidade em função da votação da Freguesia da Palhaça, porque o Acordo de Reversão tinha sido aprovado em reunião de Câmara, antes das Assembleias de Freguesia reunirem, devido às margens temporais muito apertadas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou se alguém tinha reparado que o Executivo Municipal tinha tomado uma decisão e tinha votado a informação/proposta sustentada apenas, na opinião dos Presidentes de Junta e a presente Assembleia estava também a preparar-se para votar a reversão de competências, sobre as quais formalmente, só tinham a opinião dos Presidentes de Junta. -----

----- Esclareceu que tinha utilizado a palavra, opinião, porque quem tinha o poder de tomar tais decisões eram as Assembleias de Freguesia, questionando se a proposta do Executivo não deveria ser votada depois das Assembleias de Freguesia terem tomado uma posição formal, plasmada em documento. -----

----- Afirmou que se tinha caído no ridículo de se ter uma Assembleia de Freguesia, para decidir sobre a matéria em questão, ao mesmo tempo que decorria a Assembleia Municipal, para decidir sobre a decisão da Assembleia de Freguesia, que estava a decorrer, porque isso poderia ter acontecido, se o assunto tivesse sido discutido na primeira reunião da presente Sessão. -----

----- Disse também que se tinha caído no ridículo de haver uma minuta de reversão única, proposta pelo Município, que tinha decidido e votado sobre uma competência das freguesias, sem nenhuma das Assembleias de Freguesia terem deliberado sobre o assunto. -----

----- Questionou se alguém lhe conseguia explicar o procedimento administrativo que foi tido em todo o processo e quem tinha sido o responsável por mais um exemplo na ação, do que na palavra, a chamar rigor na gestão. Questionou ainda se o tipo de procedimento não tinha sido um desrespeito pela autonomia e independência dos órgãos do poder autárquico, nomeadamente as Assembleias de Freguesia e finalmente a Assembleia Municipal. -----

----- Interrogou se podia ou não, face à situação acreditar que o Presidente da Câmara decidia e tudo o resto eram formalismos, numa espécie de regime, que por respeito não iria dizer qual era. -----

----- Afirmou que o Executivo voltou a colocar a Assembleia e a sua Mesa, numa situação de gestão impossível, sem tempo para fazer bem, obrigando a procurar uma solução que nunca



Oliveira do Bairro assembleia municipal

seria boa, apenas porque os procedimentos não eram feitos atempadamente e com o cuidado que se exigia e sempre, eventualmente com dúvidas de outra ordem, que não só a formal e protocolar.-----

----- Questionou se não teria feito mais sentido, depois de reunir com os Presidentes de Junta, marcarem sessões de esclarecimento com os Membros das Assembleias de Freguesia, esclarecendo todas as dúvidas que pudessem existir. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que talvez fosse relevante distribuir o parecer que disse que tinha, não sabendo se tinha sido por telefone, mas na sua opinião esses pareceres apresentados em Assembleia Municipal, por telefone também tinham que acabar, mas se o tivesse em documento, talvez tivesse sido importante que os Membros da Assembleia tivessem tido acesso ao mesmo, assim como os Presidentes de Junta e de Assembleia de Freguesia.-----

----- Acrescentou que se a Técnica Superior do Município tinha esclarecido toda a gente, disse que também gostava de ser esclarecido, sugerindo que se houvesse disponibilidade por parte do Presidente da Câmara e da própria, poderia mesmo vir ao púlpito esclarecer e ficava assim registado em ata o esclarecimento. -----

----- Continuando ainda no procedimento, disse que após o esclarecimento se poderia redigir as tais minutas dos Acordos de Reversão, de forma a irem ao encontro das expectativas de cada uma das Freguesias, cada uma com as suas especificidades, o passo seguinte seria as Assembleias de Freguesia deliberarem sobre as mesmas e finalmente o Executivo Municipal deliberava e a Assembleia Municipal aprovava. -----

----- Afirmou que que o que se estava a passar, era que o procedimento não correu como estava programado por parte do Presidente da Câmara e depois foram dar esclarecimentos e todos sabiam qual era o prazo para que o assunto esteja definido.-----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa, disse que o mesmo tinha um papel pedagógico



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sobre a matéria, e todos tinham que ajudar a construir.-----

----- Afirmou que não estava a perceber nada, mas como o Presidente da Câmara percebia bastante, solicitou que o mesmo lhe explicasse, senão teria sido mais interessante para todos, o processo ter sido conduzido de uma forma mais participada. -----

----- Disse que tinha orgulho em fazer parte desta terra, porque hoje tinham visto dois líderes de Freguesia a serem isso mesmo.-----

----- Reiterou que a Bancada do PSD iria votar contra todas as reversões de competências, querendo clarificar a diferença a todas as outras que aceitaram as reversões, que para a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro aceitou nos exatos termos que tinham sido explanados pelo Presidente da Junta, no sentido de aceitar as competências, esperando apenas pela altura ideal.

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – sobre a questão de se estar a votar algo que tinha sido chumbado por outros órgãos, esclareceu que o próprio Decreto-Lei determinava que as votações fossem feitas em paralelo e pelo facto de um órgão votar contra um documento, não queria dizer que o outro órgão a seguir também votasse contra. Referiu que o que iria ter que acontecer a seguir é voltar-se a iniciar o procedimento. -----

----- Deu nota que a Lei determinava que deveria haver uma negociação prévia e cada um dos órgãos levava a sua deliberação ao órgão executivo, se forem os dois aprovados, passavam para o órgão deliberativo, se algum deles fosse chumbado, voltava-se à estaca zero e voltava-se a negociar. Afirmou que o que tinha acontecido, foi que até à sexta-feira anterior, os órgãos executivos, tinham todos votado a favor, tendo passado ao passo seguinte que era levar a minuta ao órgão deliberativo, minuta que era igual para todas as freguesias, tendo sido chumbada na Assembleia de Freguesia da Palhaça. -----

----- Referiu que a única coisa que estava em questão era que, nas Assembleias de Freguesia de Oliveira do Bairro e de Oiã, a mesma minuta foi aprovada por unanimidade, e na Assembleia de Freguesia da Palhaça, tiveram dúvidas e chumbaram a reversão, e o assunto era



Oliveira do Bairro assembleia municipal

exatamente igual e a única salvaguarda que houve, foi que na ata da reunião, estava expresso que o Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, pretendia no futuro próximo, ficar com a competência da gestão e manutenção corrente do mercado municipal.-----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Carlos Ferreira disse que o mesmo se tinha esquecido de referir duas palavras, à frase que tinha citado da ata, em que os Presidente de Junta tinham referido que a Câmara exercia bem as funções e que não viam conveniência na sua assunção, no imediato, tendo-se esquecido do imediato.-----

----- Disse que a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, queria rapidamente assumir uma série competências, apesar de achar que não tinha ainda capacidades para isso, mas essa era uma responsabilidade do Presidente da Junta e as outras Juntas de Freguesia eram mais cautelosas e entendiam que, o quadro de pessoal que tinham atualmente, não conseguiam assumir essas competências, para já.-----

----- Referiu que a assunção das competências era muito bonita, mas depois esqueciam-se que são necessários recursos humanos que têm que ter formação, tem que ter despesa antes de ter receita, não sendo assim tão simples.-----

----- No que diz respeito à questão dos mercados, disse haver uma grande confusão e o que foi solicitado pelos serviços jurídicos do Município à CCDR-C, foi algo claro que advinha de reuniões com o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta. Recordou que os Acordos de Execução já do tempo do anterior Executivo, expressavam uma coisa e depois haviam os acordos tácitos entre as partes.-----

----- Reportando-se à Freguesia da Palhaça e que se estava a reverter a gestão da feira, afirmou que a feira nunca foi da Câmara e por isso não há reversão de nada, a alínea consta na minuta, sim, poderia não estar, se calhar podia, mas a mesma questão também se colocava às Juntas de Freguesia da União e de Oiã e essa questão nunca foi colocada em causa, como se podia verificar pela ata da reunião.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que no ponto da Ordem de Trabalhos 5.3. estava-se a aprovar uma minuta que tinha sido redigida para todas as Freguesias e pelo facto de constar a alínea alusiva às feiras e mercados, não punha em causa a independência da gestão das feiras e mercados, no ponto seguinte 5.4. iria-se votar os acordos de transferência de recursos financeiros. -----

----- Alertou que, ao chumbar o acordo de reversão, relativamente às competências na Freguesia da Palhaça, estava-se também a passar as competências das obras nos polos escolares e áreas envolventes aos mesmos e à substituição dos mobiliários urbanos da Freguesia, para a Junta da Palhaça, para o qual não havia acordo de transferência de recursos financeiros. -----

----- Afirmou que se estava a prejudicar a Freguesia da Palhaça, só porque era entendimento de alguns, apesar das informações dos serviços jurídicos e da CCDR-C que era um ato inócuo, no que diz respeito à feira, porque não iria ter efeitos práticos. -----

----- Solicitou que refletissem sobre o assunto e que não se fizesse tábua rasa das negociações tidas entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, das deliberações dos executivos da Câmara e das Freguesias, e das Assembleias de Freguesia. -----

----- Representante da Junta de Freguesia de Oiã **LICINIA CALDEIRA** – deu nota que a Freguesia de Oiã tinha todo o interesse em aceitar as competências e prova disso era que a Freguesia de Oiã em abril, tinha vinculado um Assistente Operacional por tempo indeterminado e tinha um processo concursal para um Assistente Técnico administrativo, porque pretendem prestar um serviço de qualidade. -----

----- Reportando-se à ata da reunião entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, disse que era referido na mesma um fundamento que, e passou a citar “...o facto de existirem áreas, em matérias de licenciamento, que necessitam de tratamento prévio, por parte do Município, designadamente a revisão de regulamentos e tratamento de processos, de forma a poderem vir a ser exercidas as competências pelas Freguesias, que o pretendam no futuro.”,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

fim de citação.-----

----- Reportou-se também ao Decreto-Lei n. °57/2019 no seu artigo 2.º número 2. era referido que as competências previstas em algumas das alíneas, eram exercidas pelas Freguesias nos termos das disposições constantes nos respetivos Regulamentos Municipais, ou seja, se os Regulamentos ainda necessitam de ser revistos, na sua opinião o facto de aceitarem desde já a transferência de competências, se estavam a precipitar. -----

----- Afirmou que para se prestar um bom serviço, tudo tinha que estar bem definido, tendo sido essa a razão pela qual o Executivo da Junta de Freguesia de Oiã, tinha tido a postura que teve.-----

----- Concluída a ronda de intervenções, foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigindo-se ao Membro da Assembleia Nuno Barata, disse que se havia situação que tivesse sido gerida com o maior dos cuidados, tendo em atenção, essencialmente o desenvolvimento das Freguesias, tinha sido o presente assunto. -----

----- Informou que foram realizadas várias reuniões com os Presidentes de Junta, e tinha sugerido que essas reuniões fossem abertas aos restantes Membros da Freguesia e também sugeriu que pudessem estar presentes elementos das Assembleias de Freguesia de forma a que fosse tudo devidamente esclarecido. Acrescentou que as reuniões tinham sido sempre acompanhadas por técnicos municipais, um jurista e um técnico ligado à área das taxas e licenciamentos. -----

----- Relativamente aos tempos de levar o assunto aos Executivos e depois às Assembleias, disse que infelizmente essa era uma incoerência da Lei, que não conseguia esclarecer devidamente todos os procedimentos. -----

----- Informou que tinha estado à conversa com a Sr.ª Ministra Alexandra Leitão, sobre o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

assunto e que era uma autêntica confusão, porque ao mesmo tempo se iria ter Executivos das Juntas de Freguesia e do Executivo Municipal assim como das Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais a deliberarem sobre o assunto, mas era assim que estava descrito na Lei, porque os órgãos eram independentes e falhando uma negociação o processo voltava ao início. -----

----- Disse que a Assembleia de Freguesia da Palhaça, tinha entendido que não queria reverter as competências, que já eram da Freguesia. -----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Armando Humberto, disse que a Câmara Municipal não tinha tomado uma decisão antes, porque entendia que as competências já eram das Freguesias. Recordou que a questão das competências já era falada há muito tempo, com os Presidentes de Junta, nomeadamente sobre o Espaço de Cidadão, em que houve Presidentes de Junta que afirmaram que seria o ideal que isso acontecesse nas Juntas de Freguesia, nomeadamente na União de Freguesias e Oiã, contudo nos casos das Freguesias de Oliveira do Bairro e Palhaça, não era assim, porque num caso estava-se a duplicar o balcão de atendimento na mesma Freguesia e noutro caso a Junta tinha que abrir procedimento para a contratação de um administrativo, para a Freguesia. -----

----- Informou que para as duas Juntas que entenderam assumir essa competência, submeteram os seus administrativos a formação para estarem preparados a assumir essa competência. -----

----- Afirmou que a Câmara entendia que, se as competências eram atribuídas às Freguesias, deviam ser das Freguesias, mas também entendia que se as Freguesias não estavam preparadas para as assumir desde já, a Câmara não se importava de as assumir até que as Juntas estivessem devidamente preparadas para as assumir. Deu nota que na última reunião com os Presidentes de Junta, tinha sugerido que fossem modernizando os seus serviços administrativos, o software, que dessem formação aos administrativos para que estivessem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

preparados para assumirem as competências. -----

----- Afirmou que havia apenas um caso, em que a Câmara Municipal, para já entendia não transferir a competência para a Freguesia, que era o caso do Mercado Municipal, para onde existiam duas candidaturas realizadas pela Câmara, para uma delas, já tinham sido recebidos os fundos e para a outra, ainda estava a decorrer e de forma a não correr o risco de perder essas candidaturas, foi entendimento não passar, para já, essa competência para a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, contudo para todas as outras competências a Câmara não se opunha a que as Juntas as assumam desde já. -----

----- Reiterou que a sua vontade é ajudar as Freguesias no seu melhor desenvolvimento possível. -----

----- Referiu também que, tinha sido entendimento entre as partes que seria melhor, devido ao valor das intervenções que a manutenção do parque escolar ficaria melhor com a Câmara Municipal, contudo se fosse entendimento das Freguesias ficarem com essa competência a Câmara não se iria opor a essa vontade, tendo até ao ano de 2021 para o fazer.-----

----- Afirmou que se algum dos Membros presentes, entendesse que deveria haver alguma explicação mais técnica, informou o Presidente da Mesa, que não se opunha a que a Dr.^a Andreia Pereira viesse esclarecer os mesmos. -----

----- Disse respeitar a dúvida do Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, apesar de tentar esclarecê-la da melhor forma possível, confiando inteiramente na opinião técnica. Informou que as minutas do Acordo de Reversão tinham sido enviadas a todos os Presidentes de Junta para que se pudessem pronunciar sobre as mesmas, antes das mesmas serem submetidas às competentes deliberações. -----

----- Referiu que em algumas Freguesias as taxas eram insipientes, sem estudos económicos, ou então não cobravam as taxas, querendo deixar essa nota para que todos pensassem no assunto. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam utilizar da palavra numa segunda ronda de intervenções, o que se veio a confirmar, tendo-lhes sido dado o uso da palavra, com o mesmo critério utilizado primeiramente; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça **MANUEL AUGUSTO DOS SANTOS MARTINS** – disse que quase tudo o que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara era verdade, no que diz respeito às reuniões, aos documentos enviados, contudo e como em tudo na vida, com pessoas diferentes surgiam dúvidas diferentes, que foi o que tinha acontecido na Assembleia de Freguesia da Palhaça, relativamente à questão da Feira da Palhaça. -----

----- Questionou se a decisão teria que ser transmitida à DGAL até ao dia trinta, ou se a decisão relativa à Freguesia da Palhaça poderia ser transmitida mais tarde, pelo facto de não ter sido aprovado e ter que se proceder a um novo processo. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – relativamente à questão levantada pelo Membro da Assembleia Armando Humberto sobre a reversão de competência, informou que tinha sido uma questão afluída com o departamento jurídico da Câmara Municipal, tendo sido dito que era possível haver uma reversão da reversão.

----- Afirmou que releu a Lei e de facto não consta na mesma que era possível uma reversão da reversão, mas também não objetava em nada essa possibilidade. -----

----- Disse que havia sempre uma possibilidade, que caso não fosse possível fazer essa reversão da reversão, o Presidente da Câmara através do Acordo de Execução passava as competências de acordo prévio para a Freguesia. Solicitou ao Presidente da Câmara, que na presente Assembleia se comprometesse com esse acordo legal para que as competências sejam transferidas para a Junta de Freguesia, logo que seja possível. -----

----- No que diz respeito à questão da Junta de Freguesia da Palhaça e de uma eventual renegociação entre as partes, disse que na sua opinião seria importante envolver os restantes Presidentes de Junta, dado que a transferência de recursos financeiros, tinha sido feito à luz das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

transferências de competências que iriam ser revertidas, podendo por isso haver algumas alterações. -----

----- Informou que no início das negociações a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, tinha andado a remar contra a maré, mas desde o início foram claros que pretendiam assumir desde logo todas as competências e, com certeza se não o tivessem feito e desde o principio se todos achassem que as competências eram dignas e meritórias de estarem na orla da Freguesia, se calhar a negociação teria sido diferente, porque eram quatro Freguesias e os recursos não eram só financeiros, podendo também ser recursos humanos e patrimoniais. -----

----- Afirmou o seu papel, como o mais jovem, sem experiência política e ir no sentido oposto de todos os seus pares, não obstante a reversão da reversão poder surgir, os Presidentes de Junta iriam ter a capacidade de essas competências, porque se não for possível, mesmo com a atual vontade de as assumir, mas se o Presidente da Câmara não fizer um Acordo Legal de Competências, nunca as vão poder assumir. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referindo-se à intervenção do Membro da Assembleia André Chambel e na equidade com que as Juntas de Freguesia tinham que ser tratadas, disse que a própria lei previa isso mesmo, mas no que diz respeito à minuta do Acordo de Reversão, a mesma deveria ser condizente com as especificidades de cada território e na sua opinião tinha sido essa especificidade que tinha escapado no processo. -----

----- Relativamente à gestão das feiras e mercados, disse que não via qualquer diferença entre a Freguesia da Palhaça e as Freguesias da União e de Oiã, parecendo-lhe que estavam todas em igual situação. -----

----- Informou que, mediante o que atrás tinha referido o Movimento UPOB, iria votar contra a reversão de competências para as Freguesias da Palhaça, União de Freguesias e Oiã, porque entendiam que as Juntas de Freguesias tinham a possibilidade de começarem a cometer uma ilegalidade, ao exercerem uma competência que não tinham. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse discordar com o que foi dito relativamente ao facto de haver confusão na Lei, porque no seu entendimento a Lei dizia que o Presidente de Câmara tinha que negociar com as Juntas de Freguesia e chegado a acordo o mesmo tinha que ser votado em cada uma das Assembleias de Freguesia e Municipal, se não for aprovado nos dois órgãos, tem que haver uma renegociação, estando isso mesmo claro na Lei. Afirmou que o Presidente da Câmara cumpriu com a Lei e fez o que tinha que ser feito do ponto de vista legal.-----

----- Sobre o facto de o Presidente da Câmara entender que as competências deverem ser das Freguesias, disse que também concordava, porque quem estava mais próximo conseguia servir melhor.-----

----- Relativamente ao que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro disse sobre os acordos de execução, disse que não era bem isso que se estava a falar, porque a transferência de competências, passa a ser uma competência da Junta de Freguesia, um acordo de execução dependia da vontade política dos Presidentes da Câmara que estiverem no Executivo e se todos pensarem com o que se passava com as associações do Concelho, todos conheciam casos de associações que sofriam, por coisas que foram negociadas, por palavra, com outros Presidentes de Câmara e depois passados uns anos, vai-se verificar, mas o que tinha peso era o que estava escrito.-----

----- Referiu que tinha dúvidas no sentido de voto para a Freguesia de Oliveira do Bairro, porque foi referido pelo Presidente de Câmara e pelo Presidente de Junta que concordavam com a situação, mas depois veio o Presidente de Junta dizer que queria, mas era ao contrário de todos os outros Presidentes de Junta, a Assembleia de Freguesia de Oliveira do Bairro aprovou por unanimidade, questionando se seria a Assembleia Municipal que ia votar contra? -----

----- Afirmou que tinha dúvidas, porque ainda não tinha percebido bem se o Presidente de Junta queria mesmo, ou não o acordo de reversão, porque a objeção que se tem em relação às outras Freguesias não se aplicava no caso da Freguesia de Oliveira do Bairro porque o mercado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nunca teve sob a alçada da Junta de Freguesia.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que tinha algumas dúvidas, nomeadamente sobre os fundos comunitários, dando o exemplo do auditório da Junta de Oíã, que foi feito por fundos comunitários e a sua gestão sempre foi feita pela Junta de Freguesia e posteriormente foi transferido o auditório, assim como na Feira da Palhaça que também foi construída através de fundos comunitários e a gestão sempre foi feita pela Junta de Freguesia porque nos protocolos, sempre estava escrita essa competência. Afirmou que a dúvida estava aí, porque se nos anteriores protocolos, era importante ver lá a rúbrica, fazia todo o sentido que agora essa rúbrica não existisse, na reversão das competências. -----

----- Sobre a transferência de recursos, afirmou que foi dito que havia algumas Juntas de Freguesia que não estavam preparadas para assumirem desde já as competências, mas tinha uma visão contrária, porque se deveria assumir desde já, fazer-se o acordo de transferência de recursos, para pagar as formações que disseram ter que haver, a aquisição de equipamentos, por forma a preparar as Juntas de Freguesia. -----

----- Relativamente aos regulamentos, disse que no Decreto-Lei era referido o princípio da universalidade e era nesse princípio que se aplicava e por isso é que deveriam ser aplicados os Regulamentos Municipais, não sendo necessário que cada Junta de Freguesia fizesse o seu Regulamento, havendo assim equidade em todo o Concelho na aplicação das taxas, parecendo-lhe ser o mais justo. -----

----- Afirmou que estavam reunidas as condições para que as Juntas assumam as competências, tinha era que haver coragem, porque iria trazer mais dinâmica e recursos financeiros às próprias Juntas de Freguesia.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – informou que quando se tinha referido à intenção de voto da bancada do PSD, por lapso, tinha-se referido a todas as Juntas de Freguesia, mas o Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para o PSD



Oliveira do Bairro assembleia municipal

era um Presidente de Junta à parte e nesse sentido relativamente à Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro a Bancada do PSD iria votar a favor, por tudo o que tinha sido referido pelo Presidente de Junta e pela palavra dada pelo Presidente da Câmara Municipal, que para si era uma escritura. -----

----- Reportando-se à intervenção do Líder de Bancada do CDS, que disse que em relação à votação da Assembleia de Freguesia da Palhaça, era um voto inócuo, afirmou que não se revia nessa frase, porque a votação feita tinha peso institucional e deveria ser relevante na análise que estava a ser feita. -----

----- Referiu que os Membros das Assembleias de Freguesia, não tinham por obrigação absoluta saber tudo sobre todas as coisas, mas os que eram profissionais, se bem que por um determinado tempo, esses sim tinham que ser bem esclarecedores sobre os assuntos. -----

----- Dirigindo-se à representante da Junta de Freguesia de Oiã Lúcia Caldeira, quando disse que primeiro tinha que estar tudo direito para depois se assumir as competências, disse que subscrevia em absoluto, o problema é que não estava tudo direito e era preciso perceber de quem era a culpa. -----

----- Reportando-se ao que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara que disse que o assunto tinha sido tratado com o maior dos cuidados, esclareceu que na sua intervenção anterior, não quis dizer que o que o Executivo Municipal tinha feito não tinha sido legal, porque o que pretendia dizer era que os procedimentos poderiam ter acontecido de outra forma, mais esclarecida, mais esclarecedora e se calhar com algum tempo de margem, que permitisse resolver situações que agora iam ser difíceis de resolver. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – esclareceu que não tinha dito que o voto da Assembleia de Freguesia da Palhaça tinha sido inócuo, o que tinha dito foi que relativamente à alínea a) da minuta do Acordo de Reversão, sobre a gestão das feiras e mercados, se a Assembleia de Freguesia da Palhaça tivesse votado a favor, a referida alínea era



Oliveira do Bairro assembleia municipal

inócua porque, como a Câmara Municipal nunca tinha gerido a feira da Palhaça, não podia voltar a gerir algo que nunca tinha gerido e esse era um ato inócuo.-----

----- Disse que mal seria, dizer que um voto de um órgão da democracia do País, era inócuo, porque iria contra tudo aquilo o que tem expressado em qualquer órgão em que tenha participado.

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Carlos Ferreira esclareceu que a questão dos fundos comunitários, tinha vários patamares e várias etapas. Disse que se na altura em que a Câmara Municipal tinha conseguido candidatar e fazer aprovar a infraestruturização da feira da Palhaça, mantendo a propriedade dos terrenos, das infraestruturas e da obra no Município, permitindo que fosse a Freguesia da Palhaça a geri-la posteriormente, era uma das coisas que tinha que dar os parabéns ao Executivo anterior, porque nunca lhe tinha passado pela cabeça, que tal fosse possível, mas na altura tinha sido possível.-----

----- Referiu que para o mercado Municipal, nos termos em que a candidatura tinha sido feita, nos termos do Regulamento específico e do Aviso, tal situação podia perigar os fundos comunitários, não querendo dizer que não pudesse haver uma negociação, mas atualmente não era a altura certa.-----

----- Reportando-se à ata da reunião, disse que o Presidente da Câmara se tinha comprometido, que no primeiro trimestre de 2021 iria voltar a falar com as Juntas de Freguesia e nessa altura verificar se as mesmas já estavam capazes e se tinham recursos e se a Câmara já podia passar as competências para as Freguesias, porque havia Regulamentos que tinham necessidade de serem reformulados pela Câmara Municipal.-----

----- Referiu que o que o Membro da Assembleia Carlos Ferreira tinha referido sobre os Regulamentos, e aquilo que a Lei obrigava, era que os Regulamentos que iriam gerir as transferências de competências para as Juntas de Freguesia, fossem os Regulamentos Municipais, ou seja os mesmos Regulamentos para todas as Freguesias assim como as taxas, para que haja universalidade e equidade.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Recordou que para se alterar um Regulamento Municipal, demorava pelo menos seis meses, sendo que alguns dos Regulamentos já estavam a ser alterados, contudo antes de serem submetidos a deliberação o Presidente da Câmara certamente iria ouvir os Presidentes de Junta.

----- Disse que se tinha andado a “talho de foice”, o Governo não foi esclarecedor, e se a Lei que tinha sido aprovada tivesse sido clara, o que se estava a fazer agora, não teria sido necessário.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que a negociação com os Presidentes de Junta decorria desde dezembro de 2019, contudo devido à pandemia, as reuniões tinham ficado suspensas, porque se não fosse isso era sua intenção que o processo tivesse resolvido em abril de 2020.-----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, disse que ser Presidente de Junta era das melhores experiências que se podia ter e por isso nunca se devia sentir vergonha por ser detentor desse cargo.-----

----- Ainda sobre as candidaturas do mercado Municipal, esclareceu que a primeira candidatura que se fez, pressupunha que seja utilizado material reciclado e reutilizável, tendo sido com base nisso que foram colocados ecopontos, as BOB e essa gestão estava no Município.

----- Quanto à forma como tinham sido feitos os processos no passado e os passos que foram dados, recordou que em tempos o Membro da Assembleia Carlos Ferreira tinha defendido que tinha havido algumas situações no passado que não foram assim tão corretas, mas foram feitas e por isso mesmo não iria discutir esses procedimentos, porque não era a pessoa indicada para avaliar esses procedimentos, no que dizia respeito ao passado.-----

----- Referiu que os cálculos financeiros efetuados para a atribuição financeira, referente ao ponto 5.4. da Ordem de Trabalhos, foram efetuados com base naquilo que já eram os acordos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de execução, tendo sido colocado um valor, que seria ajustado mediante os cálculos efetuados até trinta e um de dezembro do corrente ano. Deu nota que também foram colocados valores para a modernização e adaptação das Juntas de Freguesia. Ainda sobre os cálculos financeiros, esclareceu que os valores eram retirados do Orçamento do Município e diretamente alocadas às Freguesias e esses cálculos não eram por mera vontade do Presidente da Câmara nem dos Presidentes de Junta, eram cálculos técnicos e devidamente fundamentados. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente de Junta de Oliveira do Bairro, disse que os acordos de Execução eram todos possíveis.-----

----- Esclareceu que a deliberação do presente assunto, tinha que ser tomada até ao dia trinta de junho, tendo mais quinze dias para comunicar a mesma à DGAL. A situação a qualquer momento podia ser reanalisada e o Município estava sempre ao dispor. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que dada a solicitação do Líder de Bancada do UPOB, em interromper os trabalhos antes da votação do presente ponto, para reunir com os elementos do seu Grupo Municipal e dada a situação excepcional da disposição da sala, interrompia assim os trabalhos por cinco minutos. -----

----- Passados que foram os cinco minutos, foram reatados os trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** - informou que o Membro da Assembleia Patrícia Lemos, tinha acabado de informar que não conseguiria estar presente e sendo assim seriam vinte e quatro votantes. -----

----- Esclareceu que iria colocar a votação individualmente os subpontos, referentes ao ponto

5.3 – Análise e Votação dos Acordos de Reversão das Transferências de Recursos para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.3.1 – Da Freguesia de Oiã para o Município de Oliveira do Bairro**, obteve a seguinte votação; **12 Votos a Favor e 12 Votos Contra** tendo sido utilizado o voto de qualidade do Presidente da Mesa, **foi Aprovado por Maioria**. -----

----- Votos contra, pelos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PPD/PSD, Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Nuno Barata, Carlos Santos, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira e Lília Tavares e do Grupo Municipal do UPOB, Armando Humberto Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Diogo Mota e Acácio Oliveira. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, para fazer a declaração de voto;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que o Grupo Municipal UPOB tinha votado contra a Reversão de Transferências da Freguesia de Oiã para o Município, por duas razões:-----

----- 1.º porque o Grupo Municipal UPOB era claramente a favor da transferência de competências para as Freguesias e era um esforço que deveria ter sido feito;-----

----- 2.º porque o Grupo Municipal UPOB entendia que gerindo a Freguesia de Oiã o mercado de Oiã, era colocada numa situação dúbia, continuar a fazer a gestão do mercado com a Reversão de Competências, agora aprovada. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.3.2 - Da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município de Oliveira do Bairro**, obteve a seguinte votação; **19 Votos a Favor e 5 Votos Contra**, tendo sido **Aprovado por Maioria**.-----

----- Votos contra, pelos Membros da Assembleia do Grupo Municipal do UPOB, Armando Humberto Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Diogo Mota e Acácio Oliveira. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, para fazer a declaração de voto;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que o Grupo Municipal UPOB tinha votado contra a Reversão de Transferências da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município, porque o Grupo Municipal UPOB era claramente a favor da transferência de competências para as Freguesias e era um esforço que deveria ter sido feito, sendo que muitas das competências, no que diz respeito a licenciamentos era a Freguesia que mais teria a beneficiar, embora tenham compreendido as questões que tinham sido colocadas ao longo da discussão do ponto e daí também as reticências que colocaram relativamente à gestão do mercado, mas também eram de entendimento que com vontade política tudo se conseguia fazer, como se tinha conseguido fazer na Freguesia da Palhaça com a Feira. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.3.3 - Da Freguesia da Palhaça para o Município de Oliveira do Bairro**, obteve a seguinte votação; **10 Votos a Favor e 14 Votos Contra, tendo sido Rejeitado.**-----

----- Votos contra, pelos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PPD/PSD, Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Nuno Barata, Carlos Santos, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira, Lília Tavares e o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro Simão Vela e do Grupo Municipal do UPOB, Armando Humberto Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Diogo Mota, Acácio Oliveira e o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Martins.

----- Foi solicitado o uso da palavra por alguns Membros da Assembleia, para fazerem a declaração de voto;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que o Grupo Municipal UPOB tinha votado contra a Reversão de Transferências da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município, porque o Grupo Municipal UPOB era claramente a favor da transferência de competências para as Freguesias, pelo facto de a Freguesia da Palhaça ter uma feira que tem um peso económico para a Junta de Freguesia, mas também um peso afetivo grande para os palhacenses. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que também tinham tido a consideração de a Assembleia de Freguesia da Palhaça ter votado por unanimidade contra a Reversão de Transferência de competências, assim como a declaração inicial feita pelo Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça **MANUEL AUGUSTO DOS SANTOS MARTINS** – esclareceu que o seu voto contra, ia ao encontro daquilo que referiu nas suas anteriores intervenções. -----

----- Afirmou que podem pensar que tinha mudado a sua opinião inicial, mas quando toda a Assembleia de Freguesia da Palhaça votou contra a reversão de competências, nomeadamente no que diz respeito à alínea que dizia respeito à gestão de feiras e mercados, onde existem dúvidas e nesse sentido, disse esperar voltar a negociar novamente com a Câmara Municipal em breve para que tudo de resolva. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** – disse que tinha votado contra, porque ia ao encontro daquilo que eram os receios do seu colega da Junta de Freguesia da Palhaça, desejando que tudo se possa resolver de melhor forma para os interesses da Freguesia da Palhaça. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.3.4 - Da Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para o Município de Oliveira do Bairro**, obteve a seguinte votação; **12 Votos a Favor e 12 Votos Contra** tendo sido utilizado o voto de qualidade do Presidente da Mesa, **foi Aprovado por Maioria**. -----

----- Votos contra, pelos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PPD/PSD, Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Nuno Barata, Carlos Santos, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira e Lília Tavares e do Grupo Municipal do UPOB, Armando Humberto Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Diogo Mota e Acácio Oliveira. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, para fazer a declaração de voto; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que o Grupo Municipal UPOB tinha votado contra a Reversão de Transferências da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para o Município, pelas mesmas razões referidas para a Junta de Freguesia de Oiã. -----

----- 1.º porque o Grupo Municipal UPOB era claramente a favor da transferência de competências para as Freguesias e era um esforço que deveria ter sido feito;-----

----- 2.º porque o Grupo Municipal UPOB entendia que gerindo a União de Freguesias a feira de Bustos, era colocada numa situação dúbia, continuar a fazer a gestão do mercado com a Reversão de Competências, agora aprovada. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.4 – Análise e Votação dos Acordos de Transferência de Recursos do Município de Oliveira do Bairro para as Freguesias com vista ao Exercício das Competências Transferidas por força do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:**-----

----- **5.4.1 – Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oiã;** -----

----- **5.4.2 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oliveira do Bairro;**

----- **5.4.3 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da Palhaça;**-----

----- **5.4.4 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.** -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que o presente ponto tinha um pressuposto, e no seguimento da votação do ponto anterior, ficaria a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Freguesia da Palhaça por tratar, contudo a seu devido tempo será a situação reanalisada e ajustada a transferência de recursos para a mesma. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado de seguida o uso da palavra;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que a transferência de competências, pressupunha a transferência de recursos, tendo sido negociado com o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta e o UPOB iria respeitar a negociação, acreditando que a mesma tenha sido feita de boa fé por ambas as partes. -----

----- Reportando-se à ata, disse que era referido pelo Presidente que os valores atuais transferidos no âmbito dos Acordos de Execução eram mais do que suficientes, e no seu entendimento os valores não deveriam ser mais do que suficientes, mas sim calculados pelas partes, com assessoria técnica e serem atribuídos os valores justos, nem mais, nem menos. ---

----- Referiu que agora se levantava a questão da Palhaça, porque não tendo a Assembleia Municipal, aprovado a reversão de competências, significava que a Freguesia da Palhaça tinha um conjunto de competências acrescidas, em relação às outras Freguesias, contudo tinha sido referido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça que mesmo assim iria aceitar o acordo de transferência de recursos e nesse sentido gostaria de ouvir a explicação do Presidente da Câmara, porque a ser assim iria haver transferência de recursos, para umas competências que não eram as que tinha. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – afirmou que a Bancada do PSD iria votar favoravelmente a transferência de recursos para as Freguesias, na certeza que os valores agora assumidos, poderiam ser alterados, revistos de acordo com uma avaliação feita entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.-----

----- Foi dado de seguida o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer algum comentário se assim o entendesse;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que a Junta da Freguesia da Palhaça, não estava a exercer as suas competências, e os acordos só entravam em funcionamento em janeiro de 2021 e até a essa data, estavam em vigor os Acordos de Execução. Acrescentou que no dia um de janeiro de 2021, mesmo que não existisse acordo financeiro até ao dia trinta e um de dezembro, relativamente à reversão de competências, a Junta de Freguesia da Palhaça não tinha as duas competências, enquanto não existisse um acordo financeiro, ou um acordo em que fique claro e evidente, que não eram necessárias transferências financeiras.-----

----- Reiterou que a Junta de Freguesia da Palhaça, não iria ter qualquer prejuízo. -----

----- Foi sugerido o uso da palavra para uma segunda ronda de intervenções pelo Membro Armando Humberto Pinto; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – afirmou que após o esclarecimento do Presidente da Câmara e o que tem sido a anuência do Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, e para que seja transmitido atempadamente à DAGL para que as verbas sejam incluídas no Orçamento de Estado, o movimento UPOB iria votar favoravelmente todos o Acordos de Transferência, inclusivamente a da Palhaça.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação. -----

----- Esclareceu que à semelhança do ponto anterior, iria colocar a votação individualmente os subpontos, referentes ao ponto **5.4 – Análise e Votação dos Acordos de Transferência de Recursos do Município de Oliveira do Bairro para as Freguesias com vista ao Exercício das Competências Transferidas por força do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril:** -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.4.1 – Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oiã, foi aprovado por Unanimidade com 24 votos a Favor.** -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.4.2 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oliveira do Bairro, foi aprovado por Unanimidade com 24 votos a Favor.** -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.4.3 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da Palhaça, foi aprovado por Unanimidade com 24 votos a Favor.**

----- Efetuada a votação, verificou-se que o subponto, **5.4.4 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, foi aprovado por Unanimidade com 24 votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.5 - Análise e Votação para Prévia Autorização dos Encargos Plurianuais da Contratação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos (RU) a Destino Final e Limpeza Urbana, pelas Entidades que Integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Albergaria-A-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, dando o uso da palavra ao Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto.** -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou autorização para que fosse o Vice-Presidente da Câmara a fazer a apresentação do ponto e a responder às questões que forem suscitadas, tendo-lhe sido autorizado. -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que se tratava de uma nova proposta de assunção de encargos plurianuais, relativos à recolha de resíduos, porque como era do conhecimento, o concurso anterior tinha ficado deserto e consequentemente anulado. -----

----- Referiu que o atual concurso apresentava novas condições, eventualmente mais



Oliveira do Bairro assembleia municipal

atrativas, esperando que o mercado faça o seu papel.-----

----- Afirmou que o que estava a ser apresentado e que decorria da Lei, era a autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais, uma vez que se tratava de um contrato de quatro anos, com possibilidade de prorrogação por mais três anos.-----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto da Ordem de Trabalhos, que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – referiu que segundo o que estava referido no documento, o início da execução estava previsto para nunca antes de um de janeiro de 2021 e até lá ter-se-ia que viver numa situação intermédia. Questionou se estava assegurada a estabilidade, a qualidade, regularidade e ininterrupta prestação de serviço de recolha para o interregno de tempo.-- -----

----- Afirmou que no atual concurso de verificavam significativas alterações de prazo, de estimativa de quantidades de recolha e uma muito significativa alteração de preço por tonelada, nomeadamente para um aumento de 5% de toneladas recolhidas por ano, estimadas e um aumento de 50% de preço por tonelada recolhida, em relação ao concurso anterior, assim como a redução do período a contratar de cinco para quatro, ou de oito para sete.-----

----- Questionou quais os pressupostos que tinham feito alterar de forma tão substancial, as condições financeiras do concurso, num tão curto espaço de tempo. Acrescentou que além da razão já evocada, pressupunha que o preço apresentado não tinha sido atrativo, mas certamente que há-de ter havido, tanto no primeiro concurso como no atual, um conjunto de pressupostos onde se tinha chegado a um valor, que não justificava agora uma variável tão grande em tão curto espaço de tempo.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – referiu que da leitura da deliberação, relativamente à contratação da aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

urbanos, no seu ponto 4.º, verificou que pela segunda vez não tinham sido disponibilizados os documentos constantes no referido artigo aos Vereadores da oposição. Disse que gostaria de saber qual o motivo da não disponibilização, qual o enquadramento legal, para o novo modelo de procedimento administrativo, porque se votava nos documentos, numa reunião de Câmara sem que os Vereadores da oposição tenham tido conhecimento dos mesmos. -----

----- Solicitou autorização para que o Líder de Bancada do PSD, pudesse distribuir aos Membros da Assembleia, uma fotografia tirada na presente data a um contentor do lixo, mas que se reflete em muitos outros do Concelho. -----

----- Afirmou que não concordava com o que tinha sido dito pelo Vice-Presidente da Câmara, na última reunião, de que o serviço de recolha de resíduos urbanos estava em funcionamento.-

----- Referiu que era incompreensível que ainda se verificasse essas situações, até porque tinha havido um novo acordo, em que a empresa tinha assumido que ia cumprir escrupulosamente o contrato, tendo um benefício de mais 10%.-----

----- Informou que lhe tinha sido transmitido que atualmente só havia serviço de recolha, porque a Câmara Municipal tinha interposto uma providencia cautelar à empresa, questionando se era verdade e quanto é que iria custar ao Município de Oliveira do Bairro, no futuro. -----

----- Referiu que o processo de contratação se poderia assemelhar a uma novela, pois tudo tinha começado no ano de 2005, com a governação do Município liderada pelo PSD, numa decisão política inovadora, com a constituição de um agrupamento de municípios para levar a efeito um concurso de aquisição de recolha e transporte de resíduos urbanos, tendo alcançado uma adjudicação cujo valor tinha significado uma redução superior a 50% em relação aos custos tidos na altura. -----

----- Disse que com a execução do contrato tinha-se verificado desde logo o não cumprimento do caderno de encargos, por parte da empresa que tinha ganho o concurso, traduzindo-se numa péssima prestação de serviços a disponibilizar aos oliveirenses, mas era



Oliveira do Bairro assembleia municipal

uma prestação de serviços de muito baixo custo.-----

----- Disse que também tinha ficado claro que tinha existido desde o início da Execução do contrato, uma inoperância política para esse grave problema, que se tem vindo a agravar nos últimos anos. -----

----- Afirmou que a situação grave, requeria por parte do senhor Presidente da Câmara, um estudo técnico aprofundado, para que os inúmeros erros que tinham sido cometidos no passado tivessem merecido uma melhor reflexão e assim apresentar a solução que melhor garantisse a qualidade do serviço, tendo por base a anterior opção política do passado, ao mais baixo preço possível. -----

----- Recordou que no final do ano de 2019, decorridos que foram cerca de quatro anos do contrato em vigor, faltando apenas um ano para finalizar o contrato, o senhor Presidente da Câmara, decidiu e bem, não renovar o contrato por mais três anos, mas o problema é que tinha acordado uma revogação, que se tem evidenciado numa posição política desastrosa, até mesmo financeiramente, que poderia ter levado à suspensão do serviço no Município de Oliveira do Bairro e tal só não tinha acontecido porque o Município tinha interposto uma providencia cautelar para o efeito. -----

----- Questionou por que motivo esses processos nos Municípios de Albergaria-a-Velha e Vagos, não estavam a gerar tantos problemas como no Município de Oliveira do Bairro e quais os motivos do desacordo.-----

----- Relatou que tardiamente e em meados de fevereiro, veio a abertura do novo concurso e a inoperância política continuava, porque a situação tinha ganho contornos de extrema gravidade. Afirmou que o Presidente da Câmara tinha decidido tardiamente e à pressa, uma solução que garantia qualidade e a efetividade da prestação do serviço, para os próximos cinco anos, sem qualquer estudo técnico de suporte, que seria a abertura de um novo concurso, nos mesmos moldes do anterior, alterando apenas o critério da adjudicação, passando do mais baixo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

preço, para uma proposta economicamente mais vantajosa, sem qualquer cláusula de adjudicação, relativamente à qualidade. -----

----- Disse que tinha pesquisado no Município de Ílhavo e os critérios de adjudicação eram bem diferentes, tinha 50% o preço e 50% para os critérios de qualidade e para si essa era a melhor forma, achando que o Município de Oliveira do Bairro não tinha aprendido nada e nunca ponderava outras opções políticas. -----

----- Afirmou que o impacto era expectável e tinha sido denunciado pelo PSD, um elevado aumento dos custos do serviço e conseqüente aumento de tarifário no futuro.-----

----- Disse que, para quem proclamava o rigor e a boa gestão tinha acontecido algo inaceitável, em que todas as propostas apresentadas no concurso, eram de valor superior ao valor base e nesse sentido todas as propostas foram excluídas, ficando o Município de Oliveira do Bairro, com um enorme problema nas mãos, a falta de tempo. -----

----- Questionou o Vice-Presidente se ia assumir as responsabilidades políticas do processo, sacando também responsabilidades técnicas e se não achavam que o valor por tonelada de apenas trinta e cinco euros era manifestamente insuficiente, ou desconheciam totalmente o valor de mercado. -----

----- Disse que também não se percebia a incoerência política do Presidente da Câmara porque se por um lado defendia que em todos os concursos utilizava o mais baixo preço e nenhum critério de qualidade, por outro lado e no caso em concreto tinha alterado o critério de adjudicação, tendo optado pela média. -----

----- Reportando-se aos comunicados nos órgãos de comunicação, em que a empresa refere que só iria manter o serviço até ao final do mês de maio e o Presidente da Câmara informou a população a dizer que ia ficar tudo bem. Acrescentou que se não fosse uma providencia cautelar interposta pela Autarquia, de momento o serviço estaria comprometido em Oliveira do Bairro, entendendo que tinha sido um erro grosseiro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Sobre o novo procedimento concursal, disse que tinha sido tudo feito quase tudo à pressa, tendo-se alterado apenas pormenores. -----

----- Afirmou que da consulta que tinha tido acesso, por outros meios, ao caderno de encargos verificou que tinha havido uma redução de algumas exigências e obrigações, que constavam no anterior caderno de encargos, e assim tornava o concurso mais atrativo.-----

----- Sobre o prazo de vigência do contrato, que tinha passado de cinco para quatro anos, tendo também sido retirado do caderno de encargos os resíduos de demolição e construção e resíduos com amianto, tendo aumentado a estimativa de recolha dos resíduos indiferenciados, tendo passado o valor base dos trinta e cinco euros para cinquenta e três euros a tonelada, um aumento considerável, mas tudo isso foram pormenores, porque não houve qualquer esclarecimento dos factos por parte do Executivo -----

----- Disse que estava preocupado com o aumento dos custos do serviço, e um encaminhamento dos resíduos de construção e demolição e com amianto, porque a disponibilização desse serviço, tinha sido uma medida de combate, às descargas ilegais que se realizavam pelo Município. -----

----- Deu nota de uma alternativa que o PSD gostaria que tivesse sido objeto de estudo, uma nova abordagem que iria criar emprego no Município, poderia potenciar um projeto no âmbito social de inclusão social, que iria garantir a qualidade do serviço e também garantia a redução dos custos da operação, falando da recolha e transporte de resíduos urbanos da administração direta pela própria autarquia. -----

----- Afirmou que a bancada do PSD se iria abster, porque discordava da solução tardia e apressada, encontrada pelo Presidente da Câmara, que era pagar mais à empresa prestadora do serviço e dessa forma resolver os problemas. Esclareceu que não poderiam votar contra porque entendem que se devia acabar o mais rápido possível com o serviço que estava a ser prestado atualmente, de péssima qualidade.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – afirmou que este era um assunto de extrema importância e que se deveria pensar na quantidade de lixo que se produzia e que trazia um custo muito elevado para o Concelho.-----

----- Referiu que os problemas todos que o contrato tinha, não se poderiam assacar todos à Câmara, porque grande parte devia-se à empresa prestadora do serviço que teve mais olhos que barriga, tendo-se colocado numa situação muito complicada e prestava um serviço manifestamente de má qualidade.-----

----- Recordou que no processo de construção da Alameda, muitos dos proprietários não queriam que as ilhas ecológicas ficassem situadas em frente às suas propriedades e o Presidente de Câmara na altura tinha garantido em Assembleia Municipal que as mesmas iriam estar sempre limpas e isso atualmente não se verificava.-----

----- Reportando-se à gestão municipal do processo de recolha dos resíduos, referida pelo Membro da Assembleia Carlos Ferreira, disse que deveria ser equacionado. Recordou que o problema dos lixos em Oliveira do Bairro, tinha sido grave quando tinha que existir o aterro dos mesmos em Vila Verde, mas foi tudo solucionado, contudo do ponto de vista de recolha, não tinha a certeza se a subcontratação era a melhor solução e atendendo à dimensão do Concelho, ao número de veículos e funcionários necessários afetos ao serviço, questionou se essa solução tinha sido equacionada, nomeadamente porque era dinheiro que ficava no Concelho e poderiam ajudar pessoas do Concelho através de novos postos de trabalho. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que a LUSÁGUA, perdia dinheiro todos os dias com o serviço prestado no Município de Oliveira do Bairro, porque o preço que tinha sido negociado através do contrato, assinado em 2015 e não em 2005, como tinha sido referido, era muito baixo e a génese do problema terá sido esse. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que a qualidade do serviço prestado pela LUSAGUA, não se tinha agravado nos últimos anos, porque foi sempre mau desde o seu início e por esse motivo, quando tinham assumido o Executivo, havia uma série de faturas por pagar à empresa, sendo essa a forma que o anterior Presidente da Câmara tinha para pressionar a empresa a prestar um bom serviço e havia também queixas da população relativamente ao mau serviço prestado. -----

----- Deu nota que o atual Executivo, exigiu ainda mais à empresa, no que diz respeito à melhoria do serviço e passaram a não cobrar as lavagens dos contentores não realizadas, foram pagas as faturas que estavam por pagar, mas por muito que fosse exigido a qualidade do serviço deixou sempre muito a desejar. Acrescentou que a fotografia entregue, não era mais do que a repetição do que têm sido os últimos dez anos de serviço prestado pela LUSAGUA. -----

----- Relativamente à não entrega de todos os documentos para análise e posterior aprovação, disse que não tinha conhecimento da não disponibilização dos mesmos, tendo ideia que todos os Vereadores assim como todos os Membros da Assembleia têm acesso a todos os documentos que solicitem. Solicitou a todos que quando verificassem que não tinham toda a documentação necessária para uma boa análise dos assuntos, que os solicitassem e certamente serão disponibilizados.-----

----- Reportando-se à questão da providência cautelar, esclareceu que relativamente ao concurso anterior, tinha sido feito com base em trinta e cinco euros por tonelada, e apontava três fatores justificativos, o preço do concurso anterior, que também tinha sido os trinta e cinco euros, e cujos pressupostos nos últimos cinco anos não se tinham alterado significativamente, a inflação não tinha sido substancial, assim como os custos de produção, havendo também melhorias de escala. Disse que havia estudos e uma justificação técnica e o cálculo que tinha sido realizado, não justificava o aumento substancial do valor, por tonelada. -----

----- Afirmou que, tanto não era um preço desajustado que o consórcio vizinho tinha avançado com o valor de trinta e três euros e o concurso também tinha ficado vazio. Deu nota



Oliveira do Bairro assembleia municipal

também que no ano anterior o Município de Aveiro tinha contratado abaixo dos trinta euros, tudo indicadores que o valor dos trinta e cinco euros não era assim tão desajustado. -----

----- Referiu que o mercado não entendeu, que esse fosse um valor justo e nesse sentido as propostas que tinham aparecido foram todas anuladas, sendo obrigados a abrir novo procedimentos. -----

----- Sobre a questão do Município de Ílhavo de incluir critérios de qualidade no concurso, disse que Ílhavo entendeu incluir, contudo os outros Municípios da CIRA tinham entendido não incluir, sendo opções técnicas, de transparência e de risco de análise. Afirmou que tinha sido entendido pelo júri e pelos Executivos que era preferível fazer o critério preço tendo sido esse o escolhido à semelhança da generalidade dos Municípios da CIRA. -----

----- Sobre a redução das exigências e o aumento do preço, disse que decorria da atratividade do concurso, permitindo aos operadores irem ao concurso e ganhar aquele que for o melhor. -----

----- No que diz respeito aos resíduos de construção e demolição e com amianto, disse que jamais o Município iria deixar de prestar o serviço, sendo um serviço prestado à parte em que serão tomadas todas as diligências para salvaguardar os problemas do passado. -----

----- Sobre os comunicados na comunicação social e da providência cautelar, afirmou que o Executivo nunca tinha alimentado comunicados. Informou que em conjunto com os outros Municípios do consórcio e de acordo com a LUSAGUA, tinham entendido suspender antecipadamente o contrato. Sobre o acréscimo dos 10% do Município era irrisório no preço final, e a LUSAGUA tinha entendido mal a opinião do Município e com suporte jurídica que tinha legitimidade para deixar de prestar o serviço assim que entendesse e nesse sentido a solução tinha sido uma providencia cautelar de forma a obrigar a empresa a prestar o serviço. -----

----- Referiu que no Município de Vagos, onde os contentores eram quase todos propriedade da autarquia, tinha sido decidido manter o serviço por mais algum tempo, em Albergaria-a-Velha



Oliveira do Bairro assembleia municipal

já tinham aberto um circuito a outra empresa e agora procederam a um ajuste direto para o serviço ser assegurado até o concurso estar finalizado e o Município de Oliveira do Bairro, contratou um ajuste direto com a SUMA, que dentro de poucos dias será a empresa que irá prestar o serviço de recolha e transporte de resíduos urbanos, até à conclusão do concurso.----

----- Quanto à providência cautelar disse que se justificou, porque perante a ameaça verbal e escrita por parte da LUSAGUA e o perigo de o Município ficar sem serviço de recolha de resíduos urbanos, foi entendimento que essa era a forma de assegurar que a LUSAGUA assegurasse o serviço até que a SUMA estivesse preparada para prestar o serviço. -----

----- Informou que já havia alguns contentores no Concelho, em breve chegariam os restantes e eram distribuídos. -----

----- Afirmou que acreditava que se tinha voltado uma página de uma história negra no Município e em breve se voltaria a ter o serviço de qualidade que a SUMA a todos habituou em anos anteriores. -----

----- Referiu que o concurso, estará concluído até ao final do presente ano e o mercado ditará que será a empresa vencedora do mesmo, porque o preço a que foi lançado permitiria a qualquer operadora prestar um serviço de qualidade. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia para uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – relativamente ao ajuste direto realizado com a SUMA, questionou qual tinha sido o valor do ajuste direto e como é que iria ser com a questão dos contentores, porque tinha percebido que a SUMA estava a adquirir contentores para o Concelho, contudo a SUMA não tinha garantias que iria ganhar o concurso e se perder o concurso o que é que acontecia a esses contentores. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu que as contas que tinha feito relativamente ao serviço ser realizado pelo Município, sendo necessários dois camiões de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

recolha e transporte, uma carrinha para recolha de monos, três motoristas, cinco Assistentes Operacionais, aquisição de contentores, gasóleo, manutenção, lavagem de contentores, tendo a certeza que o valor era bem menor que os quatrocentos e vinte e três mil euros.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – informou que o ajuste direto com a SUMA, tinha sido realizado a cinquenta e um euros por tonelada, os contentores eram fornecidos pela empresa e no final do contrato os contentores eram da empresa e o novo prestador, conforme as regras do concurso, terá que colocar novos contentores.-----

----- Sobre a eventual gestão municipal na recolha dos resíduos urbanos, disse que era frontalmente contra, porque na sua opinião era uma fonte de problemas, porque havia um carácter de especialização que o Município não tinha. Afirmou que as empresas eram especializadas no setor, tinham recursos humanos formados para essa prestação de serviço, já tinham os seus circuitos estabelecidos e o seu *modus operandi*, não sendo por acaso que grande parte dos Municípios, entregava essa prestação e serviço a essas empresas. -----

----- Afirmou que se tratava de um serviço muito específico, suscetível de problemas, de criação de conflito com a população, sendo muito difícil de gerir. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Diogo Mota; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – relativamente à prestação do serviço ser ou não realizada pelo Município, disse que se assistiu ao estipular do que seria um preço médio a fixar na casa dos trinta euros e que todos os Municípios concorriam nessa base, mas em quatro meses tinha passado para cinquenta euros o preço base. -----

----- Questionou porque é que as empresas com o valor de trinta euros, não foram a concurso, e agora com o valor a cinquenta euros já estavam prontas a ir a concurso, respondeu que se calhar as empresas estavam a ficar especializadas demais, para não dizer concertadas.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Acrescentou que nessa sequência, um futuro concurso terá que ter um valor muito acima dos cinquenta euros.-----

----- Foi novamente dado o uso da palavra ao Vice-Presidente para tecer algum comentário;

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que o mercado tinha muitos operadores, tendo concorrido onze empresas ao primeiro concurso, e parecia-lhe difícil a concertação entre onze empresas, e tinha a ideia que a concorrência no setor funcionava plenamente e era feroz. -----

----- Quanto ao valor dos trinta euros, o mercado demonstrou que não os aceitava. Afirmou que havia cálculos técnicos que apontavam sempre para valores próximos dos cinquenta euros.

----- Esclareceu que o concurso estava blindado a preços abaixo do razoável, acreditando que estejam criadas as condições para que o mercado funcione.-----

----- Foi assim concluída a discussão do ponto, tendo sido o mesmo colocado a votação. --

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.5 - Análise e Votação para Prévia Autorização dos Encargos Plurianuais da Contratação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos (RU) a Destino Final e Limpeza Urbana, pelas Entidades que Integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Albergaria-A-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, foi Aprovado por Maioria, com 12 Votos a Favor e 12 Abstencões.** -----

----- Abstencões da Bancada do PSD, Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Nuno Barata, Carlos Santos, Paulo Figueiredo, Carlos Ferreira e Lília Tavares e da Bancada do UPOB Armando Humberto, José Carvalheira, Conceição Mota, Diogo Mota e Acácio Oliveira.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.6 - Relatório de Observância do Direito de Oposição\ 2019 – Para Conhecimento**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que se tratava de um relatório para conhecimento e o mesmo estava elaborado há já algum tempo.--

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretenderem intervir, que procedessem à sua inscrição tendo-lhes sido dado o uso da palavra;

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – começou por referir que a oposição política era um dos componentes fundamentais de qualquer democracia e a ideia de oposição era tão central, à noção de democracia como a do governo. Disse que no caso das autarquias, se esperava que o Executivo e a oposição criassem condições de diálogo, cooperação e construção de consensos sobre determinadas matérias de interesse para a comunidade.

----- Disse que poder criticar e contestar publicamente a atuação do Executivo e as suas políticas era um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento de uma democracia com qualidade e tinha sido nesse sentido que o legislador decidiu o estatuto do direito da oposição, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática.

----- Sobre o relatório em apreciação, afirmou que o mesmo se limitava a elencar os direitos consagrados na Lei e não apontava quaisquer falhas ou abusos, parecendo que tudo funcionava na perfeição, com cordialidade e com respeito para com a oposição, contudo bastava uma breve consulta das atas da Assembleia Municipal, onde determinados assuntos eram discutidos, para perceber que afinal as relações Executivo / Oposição, não eram tão sãs e os direitos da oposição nem sempre eram respeitados.

----- Referiu que o relatório fazia poucas referências ao exercício concreto dos vários direitos consagrados no estatuto, pelas diferentes forças políticas da oposição do Município.

----- Disse que lhe apraz particularmente verificar a referência ao contributo e sugestões de melhoria, feitas pelo Presidente do Movimento do UPOB Diogo Mota, relativamente ao documento de trabalho das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que como oposição, o movimento UPOB esperava e desejava que o Executivo cumpra o estatuto, estabelecendo um relacionamento saudável e harmonioso com a oposição, valorizando e acolhendo as propostas, não fazendo tábua rasa das mesmas. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – disse que após uma leitura atenta ao documento, disse que pretendia manifestar a sua total discordância com o seu conteúdo, porque no seu entender o relatório se caracterizava por omissões e inverdades, continha relatos e conclusões sobre o cumprimento dos direitos da oposição, que não correspondiam à prática adotada pelos Membros do Executivo e pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que os direitos de informação e participação, eram repetidamente violados e apesar dos apelos a situação vinha a atingir uma dimensão preocupante e reveladora de um total desrespeito pelas regras da democracia e reveladoras de um abuso de poder. -----

----- Afirmou que tal comportamento tem prejudicado o exercício dos eleitos da oposição e por isso devia ser repudiado e denunciado publicamente.-----

----- Referiu que a ausência da informação e documentação, na maior parte dos pontos da Ordem de Trabalhos, de cada reunião de Câmara e Assembleia Municipal, tal como a sua entrega tardia, agravando-se com a não introdução dos pontos e a apresentação deficitária dos mesmos nas reuniões e a ausência de respostas às questões colocadas, sendo que a falta de argumentos muitas vezes era substituída por ataques de índole pessoal e profissional aos Membros da oposição. -----

----- Mencionou a marcação de reuniões extraordinárias, em cima de reuniões ordinárias, com vista a aproveitar o encurtamento de prazos e dificultar a preparação dos eleitos da oposição.

----- Apontou a ocultação de forma prepotente e ofensiva, como tratar os Membros do PSD, sobre as propostas do PPI e PAM, tendo entregue documentos com erros graves e recusado justificar ou clarificar esses mesmos erros, argumentando tratar-se de um documento de trabalho, como se toda a documentação entregue, não fosse documentos de trabalho até serem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aprovados. -----

----- Fez referência à falta de cumprimento do direito de resposta ao relatório em análise, que constituía além do mais uma ilegalidade da qual tinham sido alertados oportunamente e no tempo devido pelo Vereador do PSD. -----

----- Referiu ainda a falta de isenção e demonstração de total partidarismo, por parte do Presidente da Assembleia Municipal que em todas as Sessões tentava condicionar a oposição em benefício do seu Executivo, nomeadamente pelos privilégios concedidos ao Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara e ao mesmo tempo Líder de Bancada do CDS-PP. -----

----- Afirmou que se podia dizer que a igualdade era o primeiro fator de criação da democracia e podia dizer que as práticas exercidas eram antidemocráticas, práticas que levavam sempre à prevalência da ignorância de espírito sobre a riqueza cultural e do empobrecimento da sociedade sobre o desenvolvimento civilizacional. -----

----- Assegurou que até ao momento se tinha assistido a um retrocesso democrático, preocupante, que tem levado a um desalento do movimento associativo e a constantes reparos públicos, de todos os setores da sociedade oliveirense, dirigidos ao Executivo Municipal. -----

----- Recordou que no início da presente Sessão da Assembleia, curiosamente o Líder de Bancada do CDS tinha dito que se estava a construir a cultura democrática, frase da qual discordava porque estavam era a destruir a cultura democrática. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer algum comentário se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Paulo Figueiredo disse que era a opinião do mesmo e provavelmente se revia nas palavras que proferiu, contudo referiu que na presente Assembleia tinha ficado provado algo importante, porque ao contrário do seu antecessor, os Presidentes de Junta tiveram uma palavra, independentemente do que viesse a acontecer,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

provando uma alteração democrática extraordinária nos órgãos, e as suas palavras serviam para todas as observações feitas pelo Membro da Assembleia.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra por Membros da Assembleia, tendo-lhes sido concedida;

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – referiu que há uns anos a esta parte, a questão do direito da oposição, não lhe tem sido dada a devida importância, passando um pouco ao lado, as coisas iam acontecendo, mas não se via o resultado do esforço dos Membros da oposição, o trabalho que desenvolviam e que traziam para a Assembleia, fruto de muita dedicação ao Concelho. -----

----- Afirmou que essa dedicação ao Concelho merecia ser ouvida e respeitada por parte do Executivo, pedindo ajuda ao Presidente da Mesa da Assembleia que ajude a oposição e também a representasse num todo e não só de um lado como se tem sentido nos últimos tempos. -----

----- Referiu que todos os presentes, quando vinham fazer as suas intervenções era com o intuito de melhorar o Concelho, que tenha um desenvolvimento harmonioso e que em Assembleia se possam encontrar ideias que possam ser exequíveis e colocadas em prática sem a ideia de quem as propôs é da oposição e assim apelou ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Mesa que ouvissem a oposição. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos e subsequente Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – questionou os Membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações tidas na presente reunião, em minuta. -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, 5.2 – Análise e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal 2020, 5.3 – Análise e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Votação dos Acordos de Reversão das Transferências de Recursos para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril: 5.3.1 – Da Freguesia de Oiã para o Município de Oliveira do Bairro; 5.3.2 - Da Freguesia de Oliveira do Bairro para o Município de Oliveira do Bairro; 5.3.3 - Da Freguesia da Palhaça para o Município de Oliveira do Bairro; 5.3.4 - Da Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para o Município de Oliveira do Bairro, 5.4 – Análise e Votação dos Acordos de Transferência de Recursos do Município de Oliveira do Bairro para as Freguesias com vista ao Exercício das Competências Transferidas por força do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril: 5.4.1 – Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oiã; 5.4.2 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia de Oliveira do Bairro; 5.4.3 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da Palhaça; 5.4.4 - Do Município de Oliveira do Bairro para a Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e 5.5 - Análise e Votação para Prévia Autorização dos Encargos Plurianuais da Contratação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos (RU) a Destino Final e Limpeza Urbana, pelas Entidades que Integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Albergaria-A-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos. -----

----- Posto isto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----